



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 018

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 018**

### **18ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva..... 02**

**Presenças..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 07

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jonas Guimarães ..... 10

Dep. Geraldo Cartário..... 11

Dep. Luciana Rafagnin ..... 11

Dep. Luiz Fernandes Litro ..... 12

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 13

Dep. Ademar Traiano..... 13

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano..... 14

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto ..... 16

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 17

Liderança do Partido Democratas

Dep. Durval Amaral.....18

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost ..... 19

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão .....22

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....24

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....25

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins .....27

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....28

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....29

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em).....30

Redação Final .....33

3ª Discussão .....34

2ª Discussão .....34

1ª Discussão .....34

Requerimentos .....39

**Encerramento da Sessão .....40**

#### **Publicações:**

Ata de Comissão

Constituição e Justiça .....40

### **DIÁRIO Nº 018**

### **18ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE MARÇO DE 2008**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva,

Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Cleiton Kielse, Elton Welter, Milton Pupio, Pedro Ivo, Plauto Miró, Reni Pereira e Teruo Kato (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 054/08

SÚMULA:

Solicita a implantação de ruas marginais no trecho da BR-476, no Bairro Rio Bbaixinho, entre os Kms 158 e 161, situados no município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. David José de Castro Gouvêa - Superintendente Regional DNIT/PR:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a implantação de ruas marginais no trecho da BR-476 no Bairro Rio Abaixo, entre os Kms 158 e 161, situadas no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da rodovia BR-476, apresenta alta densidade demográfica em frente à rodovia, onde se localizam escola, centro de saúde, oficinas de serviços e pequenos comércios, as quais têm acesso precário colocando em risco os transeuntes que se deslocam ao longo desta via.

Assim, é necessária a implantação de ruas marginais neste trecho que compreende o Km 158 ao Km 161, numa extensão de 3 Km, tanto para proteger a vida dos transeuntes como para criar condições de desenvolvimento econômico local, conforme previsto no Plano Diretor Municipal, criando um eixo de serviços ao longo da BR-476 no perímetro rural do município de Araucária.

INDICAÇÃO Nº 055/08

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador, Roberto Requião e o Exmo. Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião, a construção de muro externo na quadra poliesportiva, a reforma dos banheiros e todo o sistema elétrico da Escola Estadual Júlio Szymanski, no município de Araucária.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Obras Públicas a construção de muro externo na quadra poliesportiva, a reforma dos banheiros e todo o sistema elétrico da Escola Estadual Júlio Szymanski, no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Professor Júlio Szymanski, localizada no município de Araucária, foi fundada no ano de 1956. É a maior escola estadual do município de Araucária e, atende 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos no ensino médio.

Entretanto, para que possa continuar a realizar plenamente suas funções, educando para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com toda a sociedade, a escola necessita de melhorias e reformas em sua estrutura, pois se encontra em estado precário o que causa muitos transtornos no atendimento dos alunos.

Assim, sugerimos a construção do muro externo da quadra poliesportiva da escola, trazendo maior segurança aos professores e alunos, bem como, a reforma dos banheiros e de todo o sistema elétrico que se encontram em péssimo estado.

Observando ainda, que tal indicação está prevista na Lei Orçamentária nº 15750 de 27/12/07.

### ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência para discussão e votação da subemenda modificativa da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 629/07,

oriundo da Mensagem Governamental nº 034/07, item 01 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões, em 12.03.08.  
(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene no dia 10/04/08, às 18h30, no Plenário, para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Dr. Ruben Formighieri.

Sala das Sessões, em 12.03.08.  
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Conforme Lei nº 15752 sancionada em 27/12/07, solicitamos autorização para realização da solenidade, bem como a confecção de convites e pergaminho.

#### REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa ao Dia Nacional das Guardas Municipais, na data de 09/10/08, às 10h, no Plenário.

Sala das Sessões, em 12.03.08.  
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a Sessão Solene Comemorativa ao Dia Nacional das Guardas Municipais, em reconhecimento aos bons serviços prestados em prol da comunidade.

#### REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de votos de pesar à família de Maria de Lourdes Gasparin, brizolista de Curitiba, militante ativa do Partido Democrático Trabalhista, que faleceu na última segunda-feira, dia 10 de março.

Na década de 90, Dona Maria de Lourdes foi aclamada em congresso como a Madrinha da Juventude Socialista do PDT, título que carregou durante anos e se sentia orgulhosa em revelar. Ela faria 85 anos no mês de abril e já movimentava amigos e pedetistas para seu aniversário, anunciando que faria do evento uma grande celebração para o trabalhismo de Leonel Brizola, que sempre soube honrar como defensor de causas populares e nacionalistas.

O site <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1950559-EI306,00.html> registra uma das últimas manifestações em que Maria de Lourdes Gasparin esteve presente. Nessa reportagem é possível constatar o ânimo e a grandeza com que esta verdadeira guerreira se

apresentava em público sempre que era chamada à participação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.  
(a) EDGAR BUENO

#### REQUERIMENTO Nº 436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada na ata da Sessão dos trabalhos desta data, para que fique registrado para a posteridade, votos de congratulações e aplausos ao SENAI-PR, pela comemoração dos 65 anos de serviços prestados à comunidade industrial do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Diretoria do SENAI-PR para que receba e transmita a todos os parceiros e colaboradores.

Sala das Sessões, em 12.03.08.  
(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. Eis que nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da comemoração dos 65 anos de atividades no Paraná.

O SENAI/PR cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Paraná. Com apoio de industriais, parceiros e colaboradores, o SENAI promove a educação para cidadania, atento às inovações tecnológicas e demandas da indústria.

O SENAI/PR foi instalado no Paraná em 1943, em pleno Estado Novo, SENAI prevê novos investimentos no estado. No início de fevereiro, inaugurou o Centro Tecnológico de Maringá, resultado de uma parceria com a Prefeitura, o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá e a Fundação Tecnópolis, mantida pelos Sindicatos das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e das Indústrias do Vestuário.

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém que por seus esforços, tudo tem feito pelo SENAI/PR do qual é membro eminente.

Orgulha-se, portanto a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que sirva de modelo e estímulo.

#### REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulações ao Tenente Coronel QOPM Antonio Aurélio Alves Chaves da Conceição, por assumir a função de Comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar, em Campo Mourão.

Neste ano, em 28 de fevereiro, o Tenente Coronel Ataides Antonio Casarolli transmitiu a função de comandante do referido Batalhão de Policiamento Militar ao Tenente Coronel QOPM Antonio Aurélio Alves Chaves da Conceição.

Fazemos votos de uma profícua administração ao mesmo tempo em que nos colocamos lado a lado com o Comandante na luta pela segurança de nossa gente.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Tenente Coronel QOPM Antonio Aurélio Alves Chaves da Conceição no 11º Batalhão de Polícia Militar sito a avenida José Tadeu Nunes, 216 - Jardim Nossa Senhora Aparecida em Campo Mourão, CEP: 87309-295.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo levar ao novo Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Campo Mourão, o nosso apoio e homenagem pela nomeação.

Reconhecendo que somente com um bom trabalho e uma boa prática administrativa é que se conseguirá levar adiante o tão relevante trabalho que o Batalhão vem desenvolvendo, a nossa fé se assenta na competência e dedicação que o novo Comandante, com certeza, dispensará. Em uma atividade de altíssimo risco e de grande relevância para nossa gente, como é a policial, sempre representará um motivo de preocupação à administração e o enfrentamento das deficiências relativas a segurança, mas, sem dúvida alguma o Tenente Coronel QOPM Antonio Aurélio Alves Chaves da Conceição representará com toda a sua excelência e qualidade profissional as expectativas da nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação ao Tenente Coronel QOPM Ataides Antonio Casarolli, pelos trabalhos realizados à frente do comando do 11º Batalhão de Polícia Militar.

Neste ano, em 28 de fevereiro, o Tenente Coronel Ataides transmitiu a função de comandante do referido Batalhão de Policiamento Militar ao Tenente Coronel QOPM Antonio Aurélio Alves Chaves da Conceição.

O reconhecimento de seu trabalho profissional, honesto e dedicado, isento de preconceitos ou tendências sectárias, vem através do reconhecimento público de sua brilhante gestão à frente do Batalhão. Em um estado com sérias deficiências na área da Segurança Pública, ousa-se dizer que precisamos de mais personagens justos e honrados como o Tenente Coronel Ataides. A ele toda a nossa admiração e respeito.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Tenente Coronel QOPM Ataides Antonio Casarolli no 11º Batalhão de Polícia Militar sito a avenida José Tadeu Nunes, 216 - Jardim Nossa Senhora Aparecida em Campo Mourão, CEP: 87309-295.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento dos bons préstimos do Tenente Coronel QOPM Ataides Antonio Casarolli desenvolvidos à frente do 11º Batalhão de Polícia Militar.

O nosso aqui homenageado, já em 1975/1976, quando serviu ao Exército Nacional, foi escolhido e homenageado como soldado mais distinto do 2º Esquadrão, dando a tônica de sua exemplar atuação na vida militar.

Ingressou na Polícia Militar em 1977 e já em 1979 foi aprovado no concurso ao Curso de Formação de Oficiais na Academia Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais. Permaneceu no 8º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Paranavaí por mais de 15 anos. Já comandou quatro Batalhões e em seu último, o 11º com sede em Campo Mourão, permaneceu por aproximadamente 5 anos.

O reconhecimento do bom trabalho e da boa prática administrativa em uma atividade de altíssimo risco e de grande relevância para nossa gente, como é a policial, sempre representará um orgulho para todo o nosso estado e, sem dúvida alguma o Tenente Coronel QOPM Ataides Antonio Casarolli representa com toda a sua excelência e qualidade profissional a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Telêmaco Borba, pelo transcurso do seu 44º aniversário de emancipação política, no próximo dia 21/03/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Eros Danilo Araújo, Prefeito municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Pedro Slonikart bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população de Telêmaco Borba, irá comemorar, no próximo dia 21 de março, o transcurso do seu 44º aniversário de emancipação política.

Nesta data tão especial, queremos, através desta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra dão sua parcela de contribuição para o engrandecimento do seu município e o bem-estar de sua gente.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população é que seus administradores continuam dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

O Legislativo exercendo livre e soberanamente suas prerrogativas, cumprindo com seus deveres e representando livremente o povo que o escolhe jamais foi uma dádiva ou doação generosa do poder.

Os Vereadores do município de Telêmaco Borba, proporcionam ao Executivo, mais que sua cooperação, sua solidariedade e sua participação, significando esperança para o futuro, trilhando o caminho que levará ao sucesso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar a população de Telêmaco Borba, pelo transcurso da significativa data que marcará seus 44 anos de emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja inserido, na ata da Sessão de hoje, voto de congratulações ao CIAP - Centro Integrado e Apoio Profissional, nas figuras de seus dirigentes Dinocarme Aparecido Lima e dona Verginia Aparecida Mariani e também de seu competente quadro de funcionários.

A presente homenagem e reconhecimento público justificam-se pelo lançamento, no último dia 07, do Consórcio Social da Juventude: Consórcio Solidário de Londrina. O evento contou com a presença de ilustres autoridades federais, estaduais e municipais, além de centenas de populares da região norte do estado.

O Consórcio Social da Juventude - Ação PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, em parceria com a sociedade civil na execução do programa, tem foco em 02 eixos de organização: fomento à geração de postos de trabalho formais e preparação para o tão importante e necessário primeiro emprego.

O CIAP é hoje um dos mais respeitados e preparados Institutos do gênero, com serviços prestados em vários estados brasileiros. No caso de Londrina, o programa atenderá 1.300 jovens, que serão muito bem preparados para o trabalho e para a vida.

A direção do CIAP, de maneira inteligente, envolveu diversas entidades da cidade no debate do perfil e da expectativa do jovem londrinense.

Qualificar nossos jovens é prioridade absoluta. Os empresários, hoje, já não oferecem emprego para quem não é qualificado profissionalmente. Com que orgulho e gratidão vimos o esforço de Dinocarme e dona Verginia, dois apaixonados com o futuro de nossa juventude, levando, para muitas regiões, esse tão gratificante trabalho que, com certeza, garante a muitos milhares de jovens o emprego tão necessário para o seu sustento e o de sua família.

Requeiro que o aplauso e reconhecimento público desta Assembléia Legislativa seja comunicado ao CIAP - Centro Integrado e Apoio Profissional, com votos de sucesso permanente, no seguinte endereço: rua General Carneiro, 1.031, CEP: 80060-150, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de viabilizar recursos financeiros para a ampliação do Colégio Estadual de São Lourenço, localizado no Distrito de São Lourenço, município de Cianorte, com a construção de biblioteca, laboratório de química e biologia, sala para pedagogos, cozinha adequada, almoxarifado, refeitório, muro, sala de recursos e apoio à aprendizagem.

Requer, outrossim, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, Câmara Municipal de Cianorte, estado do Paraná, avenida Goiás, nº 198 - 1º andar - CEP 87200-000.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Com crescimento da clientela escolar, o referido estabelecimento de ensino já não possui espaço físico suficiente para acomodação satisfatória dos alunos, professores e funcionários, não dispondo de condições para abertura de novas turmas se não efetivada a ampliação solicitada.

#### REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência o aumento do efetivo em mais 4 (quatro) soldados da Polícia Militar, na comunidade de Porteira Grande, localizada no distrito do Alto do Amparo, município de Tibagi/PR.

Sala das Sessões, em 12/03/08.

(a) MARCELO RANGEL

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 079/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente dos Idosos de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana.

Art. 2º Esta lei entrará em vigora na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) NELSON JUSTUS

### **JUSTIFICATIVA:**

A Associação Beneficente dos Idosos de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade melhorar as condições de vida e de trabalho de seus representados e defender a independência e a autonomia da representação associativa.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 080/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Solidária da Agricultura Ecológica de Ponta Grossa e Região, com sede e foro no município de Ponta Grossa/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

PROJETO DE LEI Nº 081/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º É declarada de utilidade pública a PRO-VOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Colombo/PR, com sede na cidade de Colombo/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) FÁBIO CAMARGO

### **JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma entidade não governamental, tendo sua sede situada na cidade de Colombo, Paraná.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 082/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º É declarado de utilidade pública, o Clube de Mães e Amigas do Bairro Santa Felicidade, com sede em Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) FÁBIO CAMARGO

### **JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma entidade não governamental, fundada em 04/05/06, tendo sua sede provisória situada a rua Terra Boa, nº 151, bairro Santa Felicidade, Curitiba.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 083/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica assegurada aos professores da rede de ensino público e particular de todo o território do estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural.

Parágrafo Único. A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado, ainda que sobre o seu preço incidam descontos ou atividades promocionais.

Art. 2º Consideram-se casas de diversões, para os efeitos desta lei, os estabelecimentos que realizarem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais recreativas, de artes plásticas e quaisquer outros que proporcionem lazer e entretenimento.

Art. 3º A condição prevista no artigo 1º, para o recebimento do benefício, deverá ser feita mediante apresentação do comprovante de vínculo empregatício com a instituição de ensino e documento oficial de identificação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) ROSANE FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei pretende instituir, em todo o território do estado do Paraná, a meia-entrada para os professores da rede de ensino pública e particular em estabelecimentos e/ou casas de diversão das diversas formas de expressão da cultura.

Tem com objetivo proporcionar o acesso dos professores aos variados espaços de lazer e cultura, estabelecendo condições que favoreçam o enriquecimento cultural dos mesmos, reconhecendo que os valores cobrados em ingressos nos espetáculos artísticos e culturais, são quase sempre elevados, se relacionados ao poder aquisitivo do magistério, o que, por vezes, inviabiliza o maior acesso dos professores nestes espaços.

Não se admite mais a idéia de que o professor é um simples repassador de conhecimentos formais organizados. O ambiente interativo da sala de aula pode e deve ser elemento decisivo para que nossas crianças construam um interesse pela busca continuada dos valores culturais que expressam o nosso país e que pertence a toda a humanidade.

O Professor, mais que qualquer outro profissional, deve ter facilitado e estimulado o seu acesso aos bens culturais, formas diversas de expressão da arte, dos costumes e da ciência, disponíveis em nossa sociedade. Necessita estar sempre atualizado com o seu tempo, em contato com as mudanças que se verificam no mundo e, deste modo, sintonizado com as interpretações artísticas e culturais que se referem a estes fenômenos e a estas necessidades.

Assim, incentivar e oportunizar a participação dos professores em eventos culturais em seus mais variados aspectos é promover a cidadania que é uma das funções basilares do estado.

PROJETO DE LEI Nº 084/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º É obrigatória a instalação de detector de metais, fixo ou portátil, em todos os acessos às plataformas de embarques de passageiros das estações rodoferroviárias do Paraná.

Parágrafo Único. Serão colocados avisos sobre os riscos do equipamento a que se refere o *caput* deste artigo para os portadores de marca-passo.

Art. 2º Todos os passageiros, para embarcar em veículo empregado no serviço de transporte coletivo rodoviário, passarão, obrigatoriamente pelos detectores de metais.

§ 1º A inspeção será extensiva às respectivas bagagens que acompanharem o passageiro.

§ 2º Em caso de ser indicada a presença de material metálico pelo detector, o passageiro deverá ser convidado a exibi-lo ao operador, de forma demonstrar não se tratar de arma branca ou de fogo.

Art. 3º Não será permitido o embarque de passageiro portando qualquer tipo de arma, bem como daquele que se recuse à inspeção por detector de metais.

§ 1º Executam-se do disposto no *caput* deste artigo as autoridades policiais devidamente identificadas e os passageiros com recomendação médica, comprovada na forma da legislação em vigor.

§ 2º Na eventualidade de resistência do passageiro ao cumprimento desta lei ou no caso de posse ilegal de arma, o funcionários responsável pela fiscalização solicitará a presença da autoridade policial para resolver o impasse.

§ 3º Ao passageiro que portar arma com a devida autorização legal poderá ser dada a opção de seguir viagem com o instrumento acomodado no bagageiro, inferior ou externo, do ônibus.

Art. 4º Fica proibido o embarque de passageiros fora do terminal das estações rodoferroviárias, salvo em locais expressamente autorizados pela administração, nos quais deverão ser instalados pela empresa responsável pelo local, os equipamentos a que se refere o artigo 1º desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor após decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) EDGAR BUENO

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta legislativa visa à prevenção de assaltos a ônibus e tráfico de armas e munições no sistema de transporte estadual. Como sabemos, inúmeros são os episódios de crimes praticados no interior destes meios de transporte, cometidos por pessoas que embarcam armadas, fazendo-se passar por inocentes passageiros.

Diante deste quadro, a implantação de detectores de metais nos terminais rodoviários do nosso estado revela-se como medida adequada e razoável a fim de evitar que acontecimentos como os acima citados ocorram e se multipliquem.

Adequada porque comprovadamente a certeza da fiscalização e punição tem o efeito de coibir as práticas delituosas; e razoável porque sua implantação não exigirá grande dispêndio, uma vez que tais equipamentos estão disponíveis no mercado com preços bem acessíveis custando por volta de R\$ 500,00 (quinhentos reais), às vezes menos.



Analizados os aspectos sociais e financeiros que envolvem a adoção da presente proposta legislativa passemos ao exame de sua legalidade.

Quanto à legitimidade, verifica-se que a competência do legislador estadual resta aferida diante do que assevere o artigo 144 da Constituição Federal, a saber:

*Art. 144. A Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...).*

Por outro lado, no que tange ao exame de seu mérito igualmente verifica-se a conformidade da proposição ora em comento.

Primeiramente observe-se que as estações rodoviárias são locais onde ocorre a centralização das linhas de transporte, sendo que sua administração constitui serviço público que pode ser realizado tanto pela Administração local como por particulares, mediante o regime de concessão, conforme autoriza o artigo 175 da nossa Constituição Federal.

No entanto, quando o serviço público é realizado por particulares observe-se que estes deverão respeitar as normas estabelecidas Lei nº 8987/95 que regulamenta as concessões públicas e, ao abordar o tema da realização dos serviços públicos pelas empresas concessionárias é clara ao determinar que estas devem adequar-se aos preceitos da segurança delineados pela nossa Constituição. Observe-se:

*Art. 6º Toda concessão ou prestação pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e nos respectivo contrato.*

*§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas."*

Destarte, demonstra-se incontestável a aplicação dos preceitos constitucionais e legais acima mencionados aos serviços de transporte público de passageiros.

Com efeito, o serviço de transporte, ainda que prestado por concessionário, deve garantir ao usuário condições mínimas de segurança. Deste modo, a instalação de equipamentos de segurança nos terminais rodoviários antes de constituir obrigação estranha ao serviço prestado pelos concessionários decorre, em verdade, dos próprios princípios norteadores da prestação dos serviços públicos.

Ademais, conforme acima asseverado, o Poder Legislativo Estadual possui competência para legislar acerca de temas relacionados à segurança pública.

A respeito, frise-se ainda que o nosso Supremo Tribunal Federal em recente julgado reconheceu a competência de se obrigar a instalação de detectores de metal, até mesmo por meio de ato administrativo, ou seja, sem a necessidade de lei, por conta do Poder de Polícia que foi delegado aos Poderes instituídos. Vejamos<sup>1</sup>:

*Habeas Corpus - Detector de metais instalado na entrada do Tribunal de Justiça - alegada violação ao direito de locomoção para o efetivo exercício da advocacia*

*- ausência de ato ilegal ou abuso de poder - ordem denegada.*

*- A validade do ato administrativo emanado do Judiciário Paulista está evidenciada na proporcionalidade do exercício do poder de polícia.*

*- Observa-se que as medidas de segurança adotadas pelo Tribunal de São Paulo não impedem os advogados de exercerem sua profissão. Ao contrário, a submissão ao detector de metais manual, visa proteger, também, os cardíacos dos incidentes que tem assolado o Judiciário Paulista, a permitir que exerçam seu munus plenamente.*

Deste modo, se é constitucional a imposição que obriga a instalação de equipamentos de segurança mediante ato administrativo, nada mais lógico que também admitir-se a imputação de tal obrigação mediante lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 085/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos de Silverópolis - AMAS, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos de Silverópolis - AMAS, tem o trabalho direcionado para dignidade das pessoas e não apenas as suas necessidades imediatas, estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores, integrantes da Associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmo e a da localidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

#### PROJETO DE LEI Nº 086/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos de São Cosme e Damião - AMASCD, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

1.STJ/2ª Turma HC 28.024/SP. Relator Ministro Franciulli Netto, DJ 10.11.2003, pág 169.

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Moradores e Amigos de São Cosme e Damião - AMASCD, tem por objetivo estimular o espírito de solidariedade da comunidade entre os moradores integrantes da associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade, mantendo serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 087/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Confederação da Casa do Oleiro Internacional Apostolic Ministries, com sede e foro no estado de São Paulo e representação no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

**JUSTIFICATIVA:**

A Confederação da Casa do Oleiro Internacional Apostolic Ministries, tem por objetivo promover a comunhão entre igrejas e entidades filiadas, unindo-se nas obras essenciais que exigem ação unida, prestigiando as obras espirituais e educacionais das entidades filiadas, assim usando todos os meios ao seu alcance para a proclamação da palavra de Deus e a expansão do reino de Deus até os confins da terra.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 088/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores de Campina, Santa Helena e Passo da Erva, com sede em Campina e foro no município de Chopinzinho.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Produtores de Campina, Santa Helena e Passo da Erva, tem por objetivo dar dignidade e interesse da classe, manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e seus familiares, assim pesquisar e promover os meios alternativos ou condições para divulgação e venda de seus produtos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 089/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Assis Chateaubriand - ASSEMA, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Servidores Municipais de Assis Chateaubriand - ASSEMA, tem por objetivo promover o congraçamento dos componentes de seu quadro social, incentivar, organizar e patrocinar reuniões artísticas, culturais e sociais. Representar a classe, quando os seus interesses forem determinados através de Assembléia Geral ou a juízo da Diretora em casos específicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Jonas Guimarães.

***Deputado Jonas Guimarães (PMDB)***

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero agradecer em primeiro lugar a receptividade que tive nesta Casa, ocupando pela primeira vez o cargo de Deputado e dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui, representando uma cadeira nesta Casa e fazendo um trabalho pela cidade de Cianorte, também a nossa região e pelo estado do Paraná.

Quero também agradecer alguns companheiros que estiveram conosco em Cianorte, nesta semana, na abertura da EXPVEST, feira que é realizada duas vezes por ano. Todos sabem que nossa cidade é uma cidade pólo, capital do vestuário, e quero dizer que foi um sucesso - está sendo, porque ainda acontece a feira - e dizer também da satisfação de hoje ter comparecido, tido a oportunidade de estar junto na reunião, pela manhã, com o nosso Secretário Heron Arzua, da Secretaria da Fazenda, para tratar de assuntos da confecção.

Assuntos de suma importância para o nosso segmento e acredito que vamos fazer um trabalho, junto com

os demais Deputados, Deputado Ademar Traiano e outros que ali estiveram, junto com os Diretores da FIEP, também outros companheiros do Sindicato do Vestuário e tenho certeza que vamos estar fazendo um bom trabalho e contribuindo e muito para a nossa confecção, para este segmento que hoje tanto precisa do apoio destes Parlamentares e também do Governo do Estado e da Secretaria de Estado.

Quero aqui dizer que me coloco à disposição, como Parlamentar, cuja base é Cianorte, e temos lá mais de 10 mil empregos na indústria do vestuário, com mais de 500 empresas que lá funcionam, e também na nossa grande região.

Por isso, queria pedir aos nossos companheiros, junto conosco, que possamos estar imbuídos do mesmo propósito e fazer um bom trabalho neste segmento.

Era só isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

### ***Deputado Geraldo Cartário (PDT)***

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O jornal Gazeta do Povo de hoje traz uma entrevista do Diretor da COMEC e do Prefeito de Piên. O Prefeito de Piên me ligou perto das 11h da manhã e falou o seguinte: “Não dei entrevista publicada no jornal Gazeta do Povo”. Ele deu uma entrevista, mas que não se colocou contrário. E agora como ficamos? Tem a Gazeta do Povo que traz a entrevista que acredito que seja real, verdadeira, pelo respeito que tenho pelos veículos de comunicação, principalmente aos que aqui estão na Casa todos os dias, acompanham o nosso trabalho; e do outro lado ponho em dúvida a entrevista do Diretor da COMEC. Eu explico o porquê.

Ontem o Deputado Strapasson e depois o Deputado Professor Luizão, de Pinhais, usaram a tribuna dizendo o seguinte: “Qual a vantagem que o povo tem em integrar a região metropolitana?” Ora, tivemos diversos técnicos competentes dirigindo a COMEC e entre esses técnicos foram iniciados projetos visando a região metropolitana. Nós, os Prefeitos da região metropolitana - naquele tempo era o Maurício Fruet o Prefeito, depois substituído por Requião - participávamos das reuniões da COMEC e ali mostrávamos as necessidades maiores dos nossos municípios, e a direção da COMEC ia para Brasília e trazia recursos financeiros para os nossos municípios. Eu era Prefeito e recebi alguns desses municípios, aliás, todos os municípios da região metropolitana recebiam recursos.

O atual Diretor da COMEC, por exemplo, deveria saber o que é a região metropolitana, o que fundamentou o Governo militar a implantar e criar regiões metropolitanas no Brasil. Ele não sabe. Se ele soubesse, teria

conhecimento, por exemplo, de que a passagem de Agudos do Sul para Curitiba, antes de ser região metropolitana, no valor de hoje estaria pagando R\$ 10. Hoje o cidadão de Agudos do Sul para vir para Curitiba paga R\$ 2,75, porque faz parte da região metropolitana de Curitiba. Ali do lado tem o município de Piên. Lá não tem ônibus metropolitano, Sr. Presidente, lá tem o convencional. Sabe quanto paga o usuário do transporte coletivo para sair de Piên até Curitiba? Paga R\$ 11,45.

Deputado Strapasson e Deputado Professor Luizão, porque falaram depois que eu falei e inventaram, talvez dentro dos conhecimentos deles, inventaram que não há vantagem nenhuma. Ora, para o Diretor da COMEC, que anda de carro custeado pelo povo, com, gasolina paga pelo povo, claro que ele não sabe a diferença entre R\$ 2,75 para R\$ 11,45. Da mesma forma que o Prefeito do Piên, se é que ele realmente deu entrevista à Gazeta, acredito mais na Gazeta do que estou acreditando no telefonema que ele me deu hoje, certamente que o Prefeito de Piên também usa, porque ele também usa o carro da Prefeitura, pago com o dinheiro, gasolina, paga pelo povo, ele também não sabe a diferença entre o filho do trabalhador da zona rural pagar R\$ 2,75 e estar pagando R\$ 11,45.

Tenho números aqui de passagens, de horários de diversos municípios, mas não posso deixar de dizer que Quitandinha, que é região metropolitana, aprovada nesta Casa, a 70 quilômetros de Curitiba, pagam apenas R\$ 2,45.

Nós Deputados estamos de parabéns!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes do meu pronunciamento, do assunto maior que me leva a esta tribuna no dia de hoje, gostaria de registrar a minha indignação com o que ocorreu há 15 dias atrás.

Um ônibus da Catani foi assaltado, faz a linha Curitiba/Francisco Beltrão. Estavam o Prefeito de Realeza, a Secretária do Núcleo de Educação de Francisco Beltrão, entre outras pessoas.

O que nos deixa indignado é, além do fato de terem sido assaltados e levarem todo o dinheiro que os passageiros tinham, até do motorista, houve uma dificuldade imensa para o ônibus passar no pedágio. Mesmo com o BO houve muita dificuldade, principalmente no último pedágio, lá em Três Pinheiros, o pedágio não aceitou, de forma alguma, o BO, e não deixou o ônibus passar. Até que o motorista teve que implorar para os carros que passavam no pedágio, pedindo dinheiro para poder pagar o pedágio e passar com o ônibus.

Foi uma humilhação passar pelo assalto, mais ainda uma humilhação na praça de pedágio.

Quero deixar aqui registrado o meu protesto com relação a isso.

O segundo assunto que me traz a essa tribuna no dia de hoje, é com relação à Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná. Há diversos Deputados que fazem parte dessa Frente.

Esse trabalho está indo bem. O CONSEA já tem trabalhado na defesa dos direitos humanos, em alimentação adequada e política de segurança alimentar e nutricional a todos os cidadãos paranaenses. Principalmente a questão da agricultura, como é feita a produção e valorizado bastante a agricultura familiar.

Dessa forma também tem se portado o Governador Roberto Requião. Entendemos, pelo Governador ter essa posição em defesa da agricultura familiar, em defesa da agricultura orgânica e contra a transgenia e ter feito debates quentes com relação a isso, que fica de um lado o interesse tecnológico e do outro as diferenças correntes ideológicas.

Então, gostaria de parabenizar novamente o Governador Roberto Requião por ter essa compreensão e por ter encaminhado a esta Casa de Leis o projeto que institui a política de segurança alimentar e nutricional, aqui no estado do Paraná. Quero dizer que o CONSEA vem com essa preocupação, com esse trabalho todo com a produção e com o meio ambiente. Ele denunciou ao Relator da ONU o que ocorreu no dia 21/03/07, no acampamento da Via Campesina, no campo de experimentos transgênicos...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputada Luciana, concedo um minuto para que V. Exa. possa concluir.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PDT)**

Concluo, Sr. Presidente.

Só quero dizer que houve a denúncia por parte do CONSEG e demais entidades à ONU e, nesta semana, do dia 12 ao dia 14, está aqui no nosso estado uma missão em que integram a Relatoria Nacional dos Direitos Humanos e Alimentação Adequada, a Relatoria Nacional para os Direitos Humanos e do Meio Ambiente e os integrantes da Plataforma DHESCA Brasil. Nestes dias 12 a 14 essa missão estará lá na área da Syngenta e fará relatórios preliminares que serão apresentados, no dia 14, aqui na sede do CONSEA, em Curitiba.

Claro, Sr. Presidente, que teríamos mais alguma explanação sobre isso, mas, com certeza, semana que vem, podemos relatar até o que essa missão conseguiu desenhar com relação ao caso da Syngenta, no qual a ONU está pedindo explicações à empresa Syngenta sobre seus crimes ambientais e que espera, logo, uma explicação...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Agradeço à Deputada Luciana.

Mais uma vez, reitero aos Srs. Parlamentares que está programado o tempo. No momento que passar um minuto que é dado para a conclusão, infelizmente somos obrigados a passar ao próximo orador, porque automaticamente ficamos sem a possibilidade de restabelecer o som. Agradeço a compreensão dos Srs. Deputados.

Deputado Luiz Fernandes Litro com a palavra.

**Deputado Luiz Fernandes Litro (PSDB)**

**O SR. LUIZ FERNANDES LITRO**

Sr. Presidente, Deputado Zucchi; Deputado Jonas Guimarães; Deputado Duílio Genari; Parlamentares da Assembléia Legislativa.

Quero trazer um assunto da minha pequena cidade do sudoeste do Paraná, Dois Vizinhos, porque o Governo do Estado libera recursos do Paraná Urbano e temos que parabenizar o Governo do Estado e a Câmara de Vereadores por ter poupado a capacidade de endividamento. Nosso Líder do Governo tem ajudado e liberaram lá R\$ 3 milhões e 309 mil para o município.

A causa da nossa vinda à tribuna é que tem um parque industrial na nossa cidade que tem barracões industriais, que são liberados financiamentos para esses barracões industriais a fundo perdido. Temos fundo perdido daquele município nosso, é um parque industrial, lá tem pessoas que moram dentro do barracão industrial e fizeram casas de moradias. É um cunhado do Vice-Prefeito, por isso que eles se acomodam dentro do parque industrial. É um parque industrial que precisa de empresários e os empresários vêm nos cobrando e cobram este Parlamentar - que não é nossa alçada, é do Poder Executivo, é do Prefeito - que se libere dinheiro para os barracões industriais.

O mais grave é que o Chefe de Gabinete, Sr. Sérgio Marquesa, daquela cidade, quando chega a pessoa pedir um barracão para colocar sua empresa, para gerar mais empregos, as pequenas indústrias, manda alugar um barracão de um rapaz que é irmão da Secretária da Educação daquele município. Eu já fiz essa denúncia no rádio. A população vem nos cobrando e, depois que eu falei no rádio, o irmão da me encontrou num restaurante em Dois Vizinhos e fez fortes ameaças a este Parlamentar e dizia que eu tinha que ter respeito com a empresa dele. Eu disse que ele tinha que ter respeito com o dinheiro público, que se alugava um barracão que era do município.

Isso é grave e tem mais outro barracão que foi doado o terreno para um senhor de Cascavel, que não sei o nome e, de repente, ele aluga para a ULTRAGAS a R\$ 7 mil por mês.

Então, isso é denúncia que veio ao Gabinete deste Parlamentar e eu podia me furtar de não falar desse assunto aqui na Assembléia Legislativa. Isso é grave, temos feito várias denúncias, isso não pode ocorrer lá no nosso município de Dois Vizinhos de alugar barracões industriais e as pequenas empresas precisando colocar sua indústria e gerar mais empregos para a nossa cidade.

O Chefe de Gabinete do Prefeito, ele e outro Secretário ganharam por comodata, a sua esposa 20% de um patrimônio que vale 1 milhão e meio, dois, para colocar a sua empresa, uma lavanderia lá no nosso município. Isso é um caso de abuso de poder, improbidade administrativa daquele município. Vamos fazer essa denúncia aqui na tribuna e vamos comunicar o Ministério Público. Quando esse irmão da Secretária da Educação fez a ameaça, fiz um ofício ao Ministério Público de Dois Vizinhos e comuniquei por fax, mandei a documentação por SEDEX, encaminhando ao Ministério Público daquela cidade. E vamos fazer mais denúncia daquele município.

Somos adversários do Prefeito, mas queremos trabalhar para aquele município. Não podemos deixar essas coisas acontecerem dentro do nosso município. Formaram-se imobiliárias lá no gabinete do Prefeito, não o Prefeito, mas seu Chefe de Gabinete, encaminhando as pessoas para alugar os barracões.

Temos que cobrar do nosso Prefeito, vamos passar a documentação e o Chefe de Gabinete ganhando essa estrutura de dinheiro público. Ele sendo Secretário, recebendo dinheiro e de repente ganhando mais um patrimônio para ele, Sr. Francisco Dalig, lá de Dois Vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, quinto orador inscrito, Deputado Pastor Edson Praczyk, por cinco minutos.

**Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)**

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

A razão que me traz a esta tribuna são dois assuntos: primeiro, pelo segundo dia consecutivo, Deputada Luciana Rafagnin, lamentavelmente o nosso painel eletrônico apresentou problemas, obviamente técnicos, que impossibilitam o funcionamento do mesmo. E falando do famigerado painel eletrônico, criticado por muito e usado como instrumento para criticar a Assembléia Legislativa, pode parecer coincidência, mas desde a sua instalação até a presente data, o número dos Parlamentares, principalmente no início das Sessões, sempre foi muito maior ao da data de ontem e da data de hoje, Deputado Reinhold Stephanes. É interessante. Pode ser coincidência, mas penso positivamente que o painel, de fato e de verdade, vinha motivando a presença dos Parlamentares em número maior e mais crescente. Está aí a prova prática, Deputado Elio Rusch, de que o painel tende a prestar um serviço positivo a nós, enquanto Poder, e à sociedade propriamente dita.

Aproveito o ensejo, ocupando o horário do Pequeno Expediente, para prestar contas a alguns eleitores que estavam acompanhando a votação na data de ontem, sobre o tema de incluir ou não o município de Piên à região metropolitana de Curitiba. Algumas pessoas me

ligaram questionando qual foi o nosso posicionamento. Embora eu não tenha encaminhado a votação, até porque represento o Bloco Independente, o qual tenho a honra de liderar, foi muito bem encaminhado pelos Deputados Ribas Carli e Rosane Ferreira. Mas o Bloco, no seu consenso, por “n” razões já explanadas na data de ontem, entendeu acompanhar a votação, junto com o autor do projeto, Deputado Dr. Batista, por várias razões, das quais destaco apenas o fato que, geograficamente, municípios tão distantes ou mais distantes que o município de Piên, já fazem parte da região metropolitana de Curitiba. Não haveria o porquê da resistência de não incluí-lo. O fizemos conscientes de que pertencerá aos Governos, o atual e os futuros, as suas propostas e seus planos políticos, sempre vislumbrar e dar uma atenção diferenciada ao município de Piên. Acredito, com essa iniciativa desta Casa, tenho certeza que contribuimos para que Piên esteja sempre incluso nos projetos e nos planos de Governo, independente de que o Governo venha assumir no estado do Paraná.

Eram os registros que eu desejava fazer, Sr. Presidente. Ocupei apenas quatro minutos. Portanto, o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nós que agradecemos V. Exa.

Ainda no horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Ademar Traiano, por cinco minutos.

**Deputado Ademar Traiano (PSDB)**

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Quero na tarde de hoje fazer aqui a minha manifestação expressa de agradecimento, pela ação do Líder do Governo quando do nosso pronunciamento, na semana passada, onde trazíamos desta tribuna a preocupação com relação ao segmento do vestuário no estado do Paraná.

De pronto tivemos a intervenção do Deputado Romanelli e o Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, provocaram a conversa com o Secretário Heron Arzua e o convidaram para vir aqui prestigiar o segmento - os Srs. Deputados ligados às regiões do estado onde existem empresas do segmento.

Na manhã de hoje tivemos uma reunião brilhante, com a participação efetiva de aproximadamente 15 Srs. Deputados, 10 sindicatos do interior do Paraná presentes e o Secretário Heron Arzua, em sua conversa produtiva e propositiva, fruto desse entendimento amplo, será possível, quem sabe, construirmos algo em termos de uma legislação que possa, neste momento de vida difícil desse segmento, resolvermos, momentaneamente, até que a reforma tributária não aconteça, aquilo que estávamos propondo ao Plenário desta Casa.

Reafirmo, Deputado Romanelli, há um momento em que estabelecemos aqui o contraditório, discutimos ideologicamente, divergimos em muitos temas, que possamos entender que o Governo esteja conduzindo de forma errada. Mas tem que se entender, quando a intervenção do Governo é oportuna, em tempo presente e real.

Quero, de público, realmente, deixar aqui a minha manifestação de apreço e de reconhecimento ao Líder do Governo e aos Deputados de Governo que lá estiveram, como aos demais Deputados da Oposição, porque esse assunto extrapola e transcende os interesses de ordem pessoal dos Srs. Deputados que estamos atendendo. Um segmento que realmente gera ou é um dos maiores geradores de empregos no estado do Paraná. Tiveram os Srs. Deputados a oportunidade de ouvir dos representantes, dos sindicatos do interior do Paraná, da Federação das Indústrias, o quanto é importante, no contexto econômico do estado, a participação do segmento do vestuário. E é exatamente por isso que quero, neste dia, deixar aqui manifestada a minha gratidão por ter sido atendido.

Volto a afirmar aquilo que eu disse hoje pela manhã: o Deputado Traiano provocou o assunto, tomou a iniciativa no ano passado de apresentar nesta Casa um projeto dessa natureza, buscando o equilíbrio de uma diminuição tributária que pudesse atender os interesses desses segmentos em relação aos demais estados da federação. Mas não quero, de forma alguma, fazer com que a sua vontade predomine no campo político. Pelo contrário, acho que isso, neste momento, temos que ter a grandeza de compreender que é muito mais importante gerarmos empregos, que o Governo tenha a sensibilidade de chamar para si a responsabilidade...

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PSDB***

... até porque entendo que é muito mais importante defendermos o emprego no Paraná e termos a compreensão de que o Governo terá a sensibilidade de encontrar mecanismos para solucionar esse problema vivido por esse segmento. Senti a vontade do Secretário Heron Arzua, a quem rendo as minhas homenagens, um Secretário que realmente tem os interesses voltados para resolver os problemas do Paraná como um todo. E é exatamente por isso que aproveito a tarde de hoje para poder, aqui desta tribuna, da forma como eu sempre venho aqui para fazer algumas considerações que talvez não satisfaçam aos interesses do Governo, mas tenho que ter a grandeza de reconhecer que em momentos como esse temos que saber ser gratos e termos de gratidão pelas ações e, acima de tudo, pela forma como o Governador encarou o problema e com certeza haverá de encontrar a solução.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Deputado Traiano, em primeiro lugar quero dizer a V. Exa. que eu não fiz mais do que a minha obrigação de

oportunizar esse encontro entre o Secretário da Fazenda - Heron Arzua, os representantes do segmento do vestuário em nosso estado, ou seja, as entidades representativas que aqui vieram, provocados, é claro, pela sua intervenção que fez desta tribuna na semana passada. E percebi um grande apelo em relação aos Parlamentares, tanto da Situação, quanto da Oposição. E dá para entender, por quê? Porque todos reconhecemos que nas nossas regiões os empregos que estão sendo gerados pelo setor são muito importantes, são 76 mil empregos com carteira assinada, dado significativo, eram 57 mil em 2006, 76 em 2007. E essa é uma área que ainda tem muita informalidade, ou seja, o número de empregos gerados, segundo a estimativa dos técnicos, passa dos 150 mil.

Então, de fato, é um segmento extremamente importante e ao mesmo tempo, Deputado Traiano, temos que reconhecer que o Secretário Heron Arzua, que é um especialista na área tributária, talvez dos maiores deste país, porque ele junta a questão teórica do Direito Tributário e, pelo exercício dessa função, conhece profundamente a área, claro que é um tema complexo, ele mesmo demonstrou isso, 95% das empresas são microempresas, que têm um regime diferenciado de tributação, e 5% são empresas médias e grandes.

O que me ficou flagrante, foi importante, foi justamente o reconhecimento de que temos que defender. Aquilo que temos dito aqui sempre. O Paraná não promove a guerra fiscal, mas se defende dela, com os instrumentos legais que pode dispor.

Por isso que é importante o seu pronunciamento, a reunião e o desdobramento dessa reunião, porque certamente os segmentos e os Parlamentares, teremos que ir ao Governador Requião para que ele possa tomar as decisões importantes sobre o tema. Mas, o passo importante demos hoje na reunião da Audiência Pública do Secretário Heron Arzua.

Parabenizo V. Exa. por ir à tribuna manifestar esse pensamento que é importante, até porque o que temos de interesse em comum é fazer com que a economia do Paraná seja essa economia pujante.

Agora estou aqui, gostaria de estar lá no Palácio Iguaçu, porque o Governador está anunciando a fábrica da FIAT em Campo Largo. Não posso estar lá, porque tenho que ter a responsabilidade, como Líder do Governo, de estar aqui sentado nesta Bancada. Mas, também gostaria de ver o representante da FIEP falando do que aconteceu na indústria paranaense, em janeiro de 2008, que bate todos os recordes. Pela primeira vez na história, janeiro foi melhor do que dezembro. É a pujança da economia paranaense e da política econômica do Presidente Lula, temos que reconhecer.

Parabenizo V. Exa. por ter ido a tribuna fazer pronunciamento. Estarei sempre à disposição para que possamos tocar essas boas causas do Paraná.

Parabéns a V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Obrigado, Deputado Romanelli. Sei que V. Exa. ainda já na continuidade haverá de fadar todo o seu empenho no sentido de realmente buscarmos essa solução do problema, até porque o próprio Secretário Heron Arzua já de pronto autorizou que trabalhássemos a idéia de um novo projeto, no sentido de acharmos a solução efetiva do problema.

Com aparte o Deputado Douglas Fabrício.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Deputado Traiano, primeiramente parabenizá-lo não apenas pelo seu pronunciamento neste momento, este talvez seja o décimo pronunciamento de V. Exa. sobre esse tema. Vem levantando essa bandeira aqui na Assembleia Legislativa. É uma bandeira, bem disse o Líder do Governo, de um setor que gera muito emprego, que distribui renda aqui no estado do Paraná.

Destacar que V. Exa. é Deputado da Oposição, para mostrar ao Paraná que os Deputados da Oposição têm muito a ajudar o estado do Paraná. O senhor trouxe essa bandeira, vários Deputados estão lhe apoiando. Na nossa região pode contar com o nosso apoio aqui na Assembleia Legislativa, ação nesse projeto.

Hoje não pude estar presente, por compromisso já assumido, mas tenha certeza que tenho consciência da importância desta ação e da geração de renda que traz o setor de confecção para o estado do Paraná.

Parabéns pela sua iniciativa e o seu trabalho aqui nesta Casa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Douglas. Reconheço a sua participação e tenho a convicção que V. Exa., em função de compromisso, não pôde comparecer, mas haverá de estar conosco nesta luta.

Com aparte o Deputado Elio Rusch.

**O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)**

Sei que lhe restam apenas dois minutos, mas quero parabenizá-lo, Deputado Traiano, primeiro pela iniciativa de apresentar o projeto ainda no ano passado. V. Exa. provocou uma situação, sabemos que temos que preservar primeiro as empresas paranaenses, preservar exatamente a mão-de-obra no estado do Paraná. Nessa Audiência que aconteceu na manhã de hoje, ficou claro e evidente que V. Exa., como Líder do PSDB, vem a público na Sessão e agradece o Líder do Governo.

Deputado Romanelli, ficou claro que a Oposição não faz oposição pelo bel-prazer de fazer oposição. A Oposição tem responsabilidade, tanto é que o trabalho que realizamos e V. Exa. concordou com o Deputado Traiano, o Deputado Traiano vai à tribuna e agradece V. Exa. É esse o trabalho que a Oposição faz. Com toda certeza, se o Governo começar a dar mais ouvido para a Oposição, com toda certeza, o Paraná poderá acertar muito mais, como está acertado num setor muito importante que é o setor têxtil. Está aí o Deputado Zuchinho, o Deputado Caíto Quintana, Deputado Litro, Deputada

Luciana, que são do sudoeste. Nós do oeste temos diversas indústrias.

A região de Maringá, Paranavaí e Cianorte, está o Deputado Guimarães que assumiu há pouco tempo. Em todo o Paraná têm indústrias de médio, pequeno e grande porte têxtil.

É importante que o Governo do Estado seja sensível a isso. O Secretário Heron Arzua, não nos cansamos de dizer que é um dos Secretários que o Paraná tem, que merece o nosso respeito e a nossa credibilidade, pela visão estratégica que ele tem, porque ele tem a visão de quem desenvolve o estado não é o Poder Público, quem desenvolve o estado e alavanca a economia é o setor privado. E o Poder Público tem que ser um parceiro. O Poder Público tem que ver em cada empresário um parceiro do desenvolvimento econômico do nosso estado.

Parabéns a V. Exa. e, com toda certeza que os empresários que participaram na manhã de hoje, tive a oportunidade de participar também, eles haverão de apresentar um anteprojeto que há de se transformar num anteprojeto de lei. Virá para a Assembleia Legislativa, vamos votá-lo e vamos trazer os benefícios para os industriais do estado do Paraná.

Parabéns!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Elio, quero pedir a permissão ao Deputado Nishimori, que participou também do nosso encontro pela manhã, a quem sou grato, para poder concluir o meu pronunciamento.

V. Exa. fundamentou muito bem o seu aparte, enriqueceu o nosso pronunciamento. Mas quero deixar registrado exatamente esse papel que as Oposições muitas vezes fazem aqui no Plenário desta Casa, travando debates de uma forma civilizada, entendendo que não é apenas divergência de ordem ideológica que vai estabelecer uma relação de inimizade entre os Srs. Parlamentares. Pelo contrário, temos que elencar adversários políticos no curso do tempo, mas não inimigos políticos.

Construimos a democracia exatamente dessa forma.

**(É retirado o som do microfone)**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradeço imensamente o Deputado Ademar Traiano, que não pôde concluir o seu pronunciamento. Fez uma reunião extremamente importante, hoje pela manhã, desse setor tão importante para a economia do nosso estado.

### ***Horário das Lideranças:***

Passo ao Horário das Lideranças.

PDT.

**(Declina)**

Bloco PPS/PMN.

**(Declina)**

Bloco PTB/PR.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

## ***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Dois projetos na Ordem do Dia de hoje que são de fundamental importância para o estado do Paraná.

O primeiro projeto é um projeto de nossa autoria, da nossa equipe, que autoriza o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos dos atendimentos do Sistema de Saúde Estadual e profissionais por esse credenciado, horário de início e fim da consulta, que deverá ser certificado pelo paciente através da assinatura.

Sei que esse é um projeto polêmico, porque ele na verdade estabelece critérios de fiscalização a uma classe que nunca quis se submeter à fiscalização.

V. Exa., que já foi Prefeito, sabe como é difícil para os Prefeitos fazerem o controle do trabalho dos médicos.

Os médicos são contratados oito horas nos postos, principalmente esses médicos da família. Naturalmente, eles não ficam as oito horas, e conseqüentemente, quando não se tem um bom atendimento na base, que é o início do atendimento, se paga mais caro por não se ter feito um começo correto, que é o atendimento básico.

Claro que os médicos vão lutar contra este projeto. Vimos, na semana passada, a presença do Presidente do Conselho Nacional de Medicina. Vimos a força dos médicos que não querem o controle, que não querem escrever lá se uma consulta, por exemplo, durou oito minutos ou sete minutos ou 15 minutos.

Realmente foi dito, aqui, no debate anterior, que não há tempo definido para uma consulta. Mas, numa consulta é importante que pelo menos o médico examine, converse com o paciente. O simples fato de o médico conversar com o paciente, o paciente já sai de lá mais confortado, com menos dor, porque um médico é um ser que tem esse dom. E há confiança do paciente para com o médico.

Este projeto visa, principalmente, favorecer também o bom médico. Aquele médico como V. Exa., Dr. Batista, que atende muitas pessoas e que sua experiência, o senhor faz uma consulta de sete minutos e resolve algo que outro médico vai demorar meia hora. É a experiência, é o dia-a-dia, é a convivência, é o atendimento na porta do pronto-socorro, numa emergência, e assim por diante.

Por isso, peço aos companheiros, este é um modo de transparência. Vejam o nosso painel eletrônico. É uma pena que não esteja funcionando, hoje. Eu já estou com saudades dele. Olho e fico com vontade de apertar e dizer que estou aqui, mas, o bichinho não quer funcionar. Segunda-feira vai estar funcionando. Deu um raio. Isto é normal. Raio cai na cabeça de todo mundo. Agora mesmo caiu um raio na cabeça do Pissetti, mas está vivo. O raio acontece. Cai na cabeça de alguém. Já caiu na minha cabeça também, e estou vivo aqui.

Mas, enfim, o controle que você faz, o horário, é importante. Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. ri do raio. É o raio. Raio de vida! Mas, enfim, peço apoio dos Parlamentares neste projeto, que acho fundamental.

Por falar em Pissetti, quero ser justo, não preciso de deslealdade, não preciso aparecer para subir na vida. Eu disse aqui que o Pissetti tinha ido nos fins de semana, ao Paraguai. Foi a única informação que eu trouxe. Está confirmado, não houve nenhuma mentira da minha parte. Ouvi, ontem, alguns comentários, mas está nos Anais desta Casa. Eu disse, aqui, e fui o primeiro Deputado a trazer as datas que o Pissetti foi ao Paraguai. Trouxe, claro. Eu estou lá na campanha, acompanhando a campanha do Paraguai, e recebi os documentos. Disse, com exatidão, quais os dias nos quais o Pissetti estava no Paraguai. Não disse mais que isso. Só disse isso e mostrei os dias. O Deputado Marcelo Rangel conseguiu, depois, com a Gol, os números. E bateu com os números que eu trouxe, que vieram do Paraguai.

Mas também tenho que dizer que lá no hotel onde ficou nosso eminente Secretário da Comunicação do Paraná, ele pagou com cartão. O senhor quer ver uma cópia do cartão? Tenho uma cópia do cartão de crédito que ele pagou lá, dele, claro! Pagou com o cartão dele, com o cartão Visa, com o Mastercard, com o American Express, dele, assinado por ele. Inclusive, cartão que é descontado depois. Não é de débito. É de crédito, porque ele assinou o cartão.

Então, essa questão de quem pagou a conta lá, chegou um documento para mim que mostra que o Pissetti pagou com o cartão de crédito dele pessoal, está aqui. Esse documento chegou aqui e eu não poderia ser desleal de não mostrar, realmente ele pagou com o cartão de crédito dele, pessoal. Agora, a questão se ele foi lá em horário de serviço, no meu ponto de vista está errado, deve ser coibido. Essa é uma questão que quem define é o Ministério Público, tem que agir. Agora, na questão que se refere ao cartão, ele pagou com o cartão dele lá no Paraguai, isso eu posso afirmar, diversos cartões, mas sempre dele, não cartão corporativo, cartão dele.

E finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria falar de uma coisa boa. Acho que temos que falar mais de coisas boas, ficamos com umas brigas aqui que não resolvem nada. Mas tem um projeto que eu briguei muito nesta Casa, Deputado Romanelli, e que finalmente o nosso Governador, atrasado, colocou a mão na consciência. Item 9: "Autoriza contratação dos peritos para o IML". Esse é um projeto que vem atrasado, atrasado Sr. Mário, nosso Diretor aqui da Mesa, ninguém fala do Sr. Mário, 100 anos aqui, chegou antes que o Aníbal Khury.

Enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer que esse projeto é maravilhoso, terá o nosso apoio. Eu briguei várias vezes, discuti com o Governador até no rádio, certa vez, sobre a falta de profissionais nos IMLs do Paraná. Esse é um projeto que vem na hora certa e vai beneficiar o IML. O lugar mais triste de uma cidade não é o cemitério. O cemitério é para recordar. O



lugar mais triste de uma cidade é o IML, quando alguém liga para você 1h da manhã, 14h da tarde, dizendo para você: “Olha, o teu filho está aqui morto, acidentado, foi morto à facada, levou um tiro, está no IML”. Então, é triste para uma família ir lá. Por isso, tem que haver respeito, porque a pessoa leva um choque ao ter que ir lá identificar o corpo.

Por isso, cumprimento o Governador por esse projeto que acho que é fundamental para melhorar o IML do Paraná. Acho que é nota 10 e vamos votar rapidamente, porque vai ser muito bom para todos nós. Sra. Presidente, vou cumprir religiosamente o horário, porque o horário é para ser cumprido.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Agradeço a V. Exa.

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira, pelo tempo de 10 minutos.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti.

Na Sessão de ontem ocupou a tribuna o Deputado Luiz Carlos Martins, depois o Deputado Douglas Fabrício, tivemos também um aparte do Deputado Stephanes Júnior, todos versando sobre a questão da violência. Eu também ocupo este horário para falar sobre violência, sobre a questão da falta de segurança, porque o que estamos tentando colocar nesta Casa, Deputada Beti, é uma cruzada realmente, é uma cruzada contra a violência.

Trouxe o jornal de maior circulação no município onde eu moro, onde crio os meus filhos, que tem como chamada principal: “Bandidagem tocou o horror”. Mesmo com o trabalho intenso dos policiais e da Guarda Municipal, pelo menos cinco pessoas foram baleadas desde sexta-feira; dois morreram, isso sem contar o monte de ocorrências. Araucária não é diferente dos demais municípios que compõem a região metropolitana de Curitiba.

Espero que o Deputado Luiz Carlos Martins esteja me ouvindo lá do seu gabinete, e o que quero compartilhar com os senhores, Deputado Douglas Fabrício, é a experiência de Diadema. Eu estive no ano passado, num seminário, onde se discutiu violência e eu tive o prazer de ouvir o Prefeito daquela cidade colocar a experiência de Diadema, e quero compartilhar com os senhores.

(Lê):

“Diadema tem 395 mil e 333 habitantes, com área de 30,7 km<sup>2</sup>.

É a segunda cidade com maior densidade demográfica do Brasil, 12.989,3 habitantes/km<sup>2</sup>.

Entre os anos de 1999 e 2004, Diadema permaneceu com as maiores taxas de homicídios por 100 mil

habitantes, com índices superiores à capital e à média do estado de São Paulo.

Em 2000, a taxa de homicídios em Diadema era de 75,91 ocorrências por 100 mil habitantes. Ou seja, 271 mortos no ano.

Em 2004, apesar de ainda alta, a taxa baixou para 34,58. Em números absolutos para 129 homicídios.

Mas como, Srs. Deputados, a administração do município e o Governo do Estado de São Paulo conseguiram reduzir significativamente tais índices?

Foi apostando na eficácia das intervenções locais e nos efeitos da prevenção como estratégia de redução da violência e da criminalidade.

A redução dos homicídios foi o avanço mais visível, por ser um crime grave e que ajudou a condenar a cidade como um local violento. Diadema é hoje um caso bem sucedido de implementação de ações inovadoras e integradas no campo da Segurança Pública.

#### **1º Plano Municipal de Segurança**

Iniciado em 2001, dentro de um contexto que apresentava Diadema com líder do ranking paulista de cidades mais violentas, com mais de 100 mil habitantes.

A primeira ação foi a criação da Coordenadoria de Defesa Social, que em dezembro de 2003 passou a ser Secretaria Municipal.

Simultaneamente, dentro da proposta do Plano, foram implementadas ações como o mapeamento da criminalidade; a criação do Projeto Adolescente Aprendiz, dirigido para jovens de 14 e 15 anos moradores em áreas que apresentam risco social; integração das Polícias Civil e Militar com a Guarda Civil Municipal; a implementação da Lei de Fechamento de Bares; criação do Conselho Municipal de Segurança; aumento do efetivo da Guarda Civil Municipal; urbanização de favelas; troca das lâmpadas por outras de vapor de sódio, com o objetivo de ampliar a iluminação pública; instalação de câmeras de segurança; fiscalização do fechamento de bares e de estabelecimentos irregulares, poluição sonora e comércio informal; lançamento de três campanhas: desarmamento efetivo, desarmamento infantil e de conscientização e prevenção ao uso e abuso de álcool e drogas.

#### **2º Plano Municipal de Segurança**

Lançado em 12 de agosto de 2005, este Plano também foi resultado de um intenso debate, ocorrido por intermédio de Audiências Públicas realizadas nas cinco regiões da cidade e busca ampliar o exercício coletivo de construção da paz com 17 compromissos, ações e inúmeros desafios que envolvem o Poder Público, a sociedade organizada e a comunidade, além das Polícias Civil e Militar e a Guarda Civil Municipal:

a) Criminalidade e Fatores Potencializadores

Compromisso 1 - Intensificar a redução do número de homicídios.

Compromisso 2 - Criar e implementar políticas públicas inovadoras de prevenção da violência, voltadas para a juventude.

Compromisso 3 - Combater a violência infrafamiliar.

Compromisso 4 - Colaborar nas ações de combate ao tráfico de drogas.

Compromisso 5 - Promover a cultura de paz nas escolas.

Compromisso 6 - Combater a sensação de insegurança.

Compromisso 7 - Desarmamento.

Compromisso 8 - Difundir a cultura de paz como estratégia contra a cultura de violência.

Compromisso 9 - Garantir a tolerância e a diversidade de identidades nas políticas públicas de segurança.

Compromisso 10 - Câmeras de segurança: estabelecer um conjunto de regras e limites de utilização.

b) Gestão

Compromisso 11 - Ampliar a articulação da Secretaria de Defesa Social com as outras Secretarias do município.

Compromisso 12 - Criar canais alternativos de participação popular na gestão da Secretaria de Defesa Social.

Compromisso 13 - Investir na formação e no aperfeiçoamento da Guarda Civil Municipal como órgão comunitário e preventivo.

Compromisso 14 - Incrementar o sistema de informações criminais.

Compromisso 15 - Avaliação da execução e impacto do Plano.

c) Urbanização

Compromisso 16 - Desenvolver novas etapas do processo de fechamento de bares.

Compromisso 17 - Investimento na criação, revitalização e melhoria de espaços públicos.”

Espaços públicos: escolas, praças, parques. Dar opção de lazer.

No dia em que estive com o Prefeito de Diadema e o ouvi, o que mais me convenceu da falta dele de que o plano é feliz e muito feliz, Deputado Professor Luizão, é que Diadema é mais uma outra cidade do Brasil inteiro, na campanha do desarmamento e no referendo, só duas cidades com mais de 100 mil habitantes, votaram SIM ao desarmamento. Diadema é mais uma outra cidade em Minas Gerais. Isso foi o convencimento de que aquela população estava se sentindo segura, a ponto de votar SIM ao desarmamento.

Era isso que queria compartilhar com os senhores. É possível reverter esse quadro. Precisamos estar unidos. Segurança é uma responsabilidade de todos.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Democratas. Com a palavra o Deputado Durval Amaral, pelo tempo regimental de 10 minutos.

## ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Durval Amaral***

O SR. DURVAL AMARAL

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Curitiba está perplexa. O Paraná está perplexo. A sociedade paranaense se pergunta, a todo o momento: como pode o cidadão que paga seus impostos, paga seus tributos, que confia na sociedade, confia nos Governos e nos governantes, não poder ter a tranquilidade de ir a um banco retirar dinheiro e ir tranquilamente para sua casa? Nós todos cidadãos estamos muito perturbados, muito preocupados com a situação da criminalidade no estado do Paraná.

Com toda certeza, me preocupo mais ainda porque já fui Secretário do Trabalho e da Ação Social, nobre Deputado Belinati. E juntos no Paraná desenvolvemos programas fantásticos naquela época em que criávamos programas de ressocialização do adolescente infrator, ou antes disso, programas que procuravam evitar que o adolescente que cometesse ato infracional pudesse simplesmente ser largado à sorte, sem perspectiva de recuperação. O Estatuto da Criança foi um avanço para a sociedade, para todos nós, mas agora o que estamos vendo é um verdadeiro descaminho. Agora, o que estamos enxergando é que não há tranquilidade em lugar algum de Curitiba, da região metropolitana, de Londrina, de Maringá ou da pequena Cafeara ou Lupionópolis, ou dos pequenos municípios do Paraná.

O agricultor lá no campo dorme com uma Winchester do lado da cama, esperando o momento de ser assaltado para roubarem o seu trator, para roubarem a sua família.

E estamos perplexos porque não sabemos mais, Deputado Douglas Fabrício, se devemos cobrar do Poder Judiciário, do Governo do Estado, se devemos responsabilizar os Prefeitos e as Prefeituras Municipais ou se devemos nos trancafiar dentro das nossas próprias casas.

Eu, como cidadão, quando vejo que infelizmente talvez o Paraná tenha criado, a partir de sexta-feira, uma nova mártir: a professora, doutora, pós-doutora da Universidade Federal do Paraná, que morreu assassinada, Maria de Oliveira, popularmente conhecida como Binha.

E todos nós ficamos assistindo. O Governo não tem culpa, a sociedade fica perplexa e aqui faço, meu companheiro Romanelli, talvez até simplesmente um desabafo. Não podemos mais ficar de braços cruzados ou nos limitando a reclamar. Temos de ir fundo no problema. Por quê? Porque a criminalidade está aumentando. Se tínhamos em 1970, 500 mil habitantes em Curitiba, hoje temos mais de 1 milhão e 800 mil habitantes. Se tivermos, e não temos estatísticas recentes, mas temos estatísticas do Rio Grande do Sul, aonde a criminalidade chegou a quase 400 pessoas assassinadas no ano passado, não temos estatísticas oficiais em Curitiba, mas aqui sabemos que no ano passado, por informações da

Secretaria Municipal, passaram de mais de 700 pessoas mortas de forma violenta.

Quero conceder aparte ao nobre Deputado Augustinho Zucchi.

**O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)**

Deputado Durval, vejo que o pronunciamento que V. Exa. faz, ele corresponde sempre à competência com que V. Exa. aborda os assuntos dentro desta Casa.

Como disse V. Exa., não há mais distinção entre capital e interior. Há poucos dias, no município de Chopinzinho, que represento aqui nesta Casa junto com outros Deputados, uma empregada doméstica juntamente com a filha do casal foram barbaramente assassinadas por um facínora que foi liberado, por uma ordem judicial, de uma prisão, para cumprir a sua pena de forma domiciliar.

Então, V. Exa. disse bem, não sei se é o problema do judiciário ou do Governo do Estado, se é um problema dos mecanismos da nossa sociedade, mas enfim, todos temos que descruzar os braços e ir a fundo nessa questão. Parabenizo V. Exa. por este pronunciamento. Ele se soma a vários pronunciamentos neste sentido e quero me somar à sua preocupação de que todos nós, através do nosso Parlamento, daqui da Assembléia, devemos buscar alternativa de solução. Não é possível assistirmos a criminalidade da forma que está.

Agradeço o aparte de V. Exa. e parabenizo pelo pronunciamento, sempre de muito bom preparo, que V. Exa. rotineiramente faz no seu trabalho nesta Casa.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Um aparte, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Este assunto que está tomando conta da Assembléia Legislativa, já há algum tempo, não estou vendo ação efetiva do Governo do Estado, a não ser este projeto de lei que chegou agora, para aumentar o número de funcionários, para resolver a questão no IML, mais efetiva a ação que possa transformar o nosso Paraná em mais seguro. Porque geração de emprego está acontecendo. Ouço aqui o Líder do Governo falar de ações de empresas, muitas delas estão gerando mais empregos, não só no estado do Paraná, mas em outros estados também, mas a falta de segurança é gravíssima, gravíssima, gravíssima.

**O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas)**

Agradeço, Deputado Douglas.

Fazer uma constatação que é estarrecedora. No Paraná, infelizmente, em específico na região metropolitana de Curitiba, temos a cada 100 mil habitantes, 23 pessoas assassinadas, 23 homicídios, na contra-mão do que vem acontecendo em cidades, que nacionalmente são conhecidas como cidades mais violentas do que a cidade de Curitiba. No Paraná subiu de 23 no ano de 2000, para 38 mortos, por 100 mil habitantes. Para V. Exa. ter uma idéia, comparando-se no mesmo período, o Rio de

Janeiro que é sinônimo de criminalidade, favelas e drogas, a taxa diminui de 55 para 45, ou seja, na contra-mão. Enquanto que no Paraná, nesse intervalo de 2000 para o ano passado, subiu, e no Rio de Janeiro decresceu. Em São Paulo, a mortalidade diminuiu de 64.7, praticamente de 65 pessoas assassinadas por cada 100 mil habitantes, para 29 pessoas - taxas proporcionalmente menores do que a do Paraná.

Não vou aqui entrar se a culpa é do Judiciário, que solta. Não vou aqui fazer a acusação de que o Poder Público do Estado do Paraná ou a Secretaria de Segurança Pública não vêm cuidando bem dessa questão da Segurança. Mas o fato, Deputado Ney, é que hoje temos policiais nas ruas e nos quartéis, do que há 20 anos atrás. A população cresceu em progressão geométrica e o efetivo da Polícia diminuiu no estado do Paraná, ou simplesmente não cresceu.

Não podemos aqui jogar a responsabilidade só na questão social. Acho e entendo que todos temos que refletir e nos debruçarmos sobre isso. O Governo tem que agir com mão firme, porque senão vamos continuar. Todos aqui somos pais, sabemos que não tem pai e mãe que consiga dormir nos finais de semana, enquanto seus filhos não voltam para casa. Esta não é e nem poderia ser a regra.

Agradeço a V. Exa. nobre Deputada Presidente Cida Borghetti, pela compreensão. Espero no meu desabafo, que todos nos unamos - já estamos unidos - para podermos ajudar na solução desses problemas de Segurança Pública.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Liderança do PP, concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost, pelo regimental de 10 minutos.

Antes, gostaria de convidar - o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná tem a honra - Deputado Ney, se me permite aqui - de convidar os nobres Pares, a imprensa e a população do Paraná que nos assiste neste momento, para que amanhã, às 10h da manhã, em Sessão Solene Comemorativa do Bicentenário da Vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, por proposição do Deputado Fernando Ribas Carli Filho, a realizar-se às 10h, neste Plenário. Convidamos a todos que possam participar da homenagem ao Bicentenário da Vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil.

***Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost***

**O SR. NEY LEPREVOST**

Obrigado Sra. Presidente em exercício, desta Sessão, Deputada Cida Borghetti

Quero dizer ao Deputado Durval Amaral que a preocupação externada por ele é uma preocupação, hoje, de todas as pessoas que vivem em Curitiba e região metropolitana. A capital paranaense não foge à regra dos grandes centros urbanos brasileiros e a violência vem

crescendo e vem aterrorizando as famílias da capital do estado do Paraná. Não culpo por isso a Polícia Militar. Acredito que a Polícia Militar do Paraná é uma das melhores Polícias do Brasil. Não culpo a Polícia Civil. Temos excelentes agentes na Polícia Civil, temos Delegados de primeira qualidade.

Agora, acredito que o Governo precisa fazer um investimento mais substancial na área de Segurança Pública, porque Segurança Pública não se faz, em primeiro lugar, sem investimento na área social e, em segundo lugar, sem dinheiro para contratar mais policiais, para equiparar melhor a Polícia, para dar melhores condições de trabalho à Polícia.

Quero dizer que tenho orgulho da Polícia Militar e da Polícia Civil do Paraná, e espero que o Governador invista maciçamente recursos na nossa Polícia, para que a Polícia possa ter ampliado o seu efetivo. Acredito que precisamos aumentar, Deputado Romanelli, o efetivo da Polícia Militar. O efetivo da nossa Polícia Militar é pequeno.

Tenho que fazer aqui uma referência, até por compromisso já assumido, a um assunto extremamente importante que vem chamando a atenção da Comissão de Saúde desta Casa, que é o problema das doenças renais. Poucas pessoas, Deputado Marcelo Rangel, sabem que o exame de creatinina é um exame que, se feito no estágio inicial de uma doença renal, pode ter resultados preventivos extremamente satisfatórios. Estamos recebendo aqui na tarde de hoje o Dr. Miguel Riella, que é um dos médicos mais conceituados do Paraná nesta área de Nefrologia, e é uma pessoa que está empenhada fazendo uma grande campanha de prevenção em relação às doenças renais.

(Lê):

#### **“Doença renal já é apontada como nova epidemia do século XXI**

Dois milhões de brasileiros sofrem de doença renal crônica, uma síndrome caracterizada pela perda progressiva e irreversível das funções dos rins. O pior é que 60% dessas pessoas não sabem que são portadores da doença e não recebem tratamento.

Anemia, pressão alta, inchaços, fraqueza, vontade freqüente de urinar no período da noite, náuseas e vômitos freqüentes. Embora esses sintomas não sejam necessariamente conseqüências da insuficiência renal crônica, eles costumam estar presentes em pessoas que sofrem da doença. ‘Em um organismo saudável todo o excesso de substâncias é eliminado pelos rins, mas quando estes não funcionam, os resíduos ficam retidos na circulação e se transformam em toxinas, causando alterações musculares, sangüíneas, digestivas, cardiovasculares e cutâneas’, observa o nefrologista Miguel Carlos Riella, da Fundação Pró-Renal, de Curitiba.

#### **Exame de Creatinina**

Em geral, os primeiros sintomas perceptíveis da doença são inchaço dos olhos, pés, pernas, urina muito espumosa, anemia e aumento de pressão arterial. Ao

apresentar qualquer um destes sinais é imprescindível procurar um médico para investigação da função renal. O médico atesta que um simples exame de sangue, denominado exame de creatinina (substância que circula pelo sangue e serve como marcador para o funcionamento dos rins), detecta com precisão se a filtragem dos rins está adequada. Assim, tão importante quanto a checagem dos níveis de colesterol (como indicativo das doenças cardiovasculares) e das taxas de glicemia (para o diabetes), o exame de creatinina pode ser solicitado no posto de saúde ou diretamente com os médicos. ‘Caso identifique que os níveis de creatinina se encontram em valores elevados de concentração no sangue, significa dizer que a função renal é deficiente’, esclarece o Presidente da Fundação Pró-Renal.

#### **Nova epidemia**

‘Depois de instalada, a doença renal crônica é silenciosa; seus sinais e sintomas são muito discretos nas fases iniciais e podem passar despercebidos, retardando o diagnóstico e o início do tratamento’, adverte a nefrologista Patrícia Ferreira Abreu, dirigente da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Nos últimos anos, o número de pacientes com insuficiência renal crônica tem crescido assustadoramente em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Alguns especialistas já se referem à doença como a nova epidemia do século XXI, porque várias doenças crônicas, muito freqüentes na população mundial, evoluem para a doença renal crônica, como diabetes melitus, hipertensão arterial, alterações do colesterol e triglicérides, síndrome metabólica e idade avançada, além de alguns males infecto-contagiosos como a Hepatite C, AIDS, Tuberculose, Malária e Esquistossomose. Fatores como obesidade, tabagismo e sedentarismo colaboram para a instalação da doença. Para o nefrologista Sérgio Fernando Ferreira, de alguns anos para cá, uma nova variável fez aumentar a preocupação com o aumento do número de casos de doença renal: o envelhecimento da população. Segundo o especialista, não se deve evitar esforços para que sejam prevenidas. ‘A principal razão é humana, já que na sua fase terminal, a doença traz problemas para o paciente, seus familiares, médicos e toda a equipe de saúde que o acompanha’, constata Ferreira. Sem esquecer dos problemas econômicos que a doença acarreta. No Brasil, os números não são exatos, mas calcula-se, em 2006, um gasto de R\$ 2 bilhões em hemodíalises no país.

#### **O raio-X da doença renal no Brasil:**

- Dois milhões de brasileiros sofrem de doenças renais e cerca de 60% não sabem.
- Dos 120 mil brasileiros que precisam fazer hemodíalise, apenas 70 mil estão em tratamento.
- Em 2006, a hemodíalise consumiu R\$ 2 bilhões da verba da Saúde.
- Quarenta e sete por cento dos pacientes em diálise estão na fila do transplante renal.
- Vinte e cinco por cento dos pacientes em diálise são diabéticos.

- O número de pacientes em diálise cresceu 9,9% em 2006 em relação a 2005.
- Em 2006 morreram 12 mil pacientes em diálise.
- Estima-se que em 2010 o número de pacientes em diálise no Brasil suba para 125 mil.

#### **Fundação Pró-Renal**

A Fundação Pró-Renal foi criada em 1984 por iniciativa do Dr. Miguel Carlos Riella. É uma entidade filantrópica que tem por objetivo dar assistência aos pacientes renais crônicos em tratamento ambulatorial, de diálise e transplante renal. A Fundação Pró-Renal atua nas Clínicas e hospitais conveniados com a instituição. Os recursos financeiros são obtidos através de campanhas na comunidade, empresas, instituições, entre outros. E tem como objetivos a manutenção da estrutura da fundação, trabalhos assistenciais, tratamentos clínicos e projetos de prevenção.

Desde 1984, quando criada a Fundação Pró-Renal, o contexto institucional foi se tornando melhor e a cada dia o número de pessoas recebendo assistência foi aumentando. Graças a uma equipe de profissionais engajados e competentes, as parcerias estabelecidas e o apoio da comunidade, este sonho se realiza, avança e gera frutos.

A Fundação Pró-Renal, através de sua equipe de profissionais, mergulha no universo dos pacientes, compreende objetivamente suas necessidades e carências e apresenta soluções criativas para prevenir e tratar a Insuficiência Renal Crônica. Cada um oferece o que tem de melhor, fazendo da instituição um lugar onde o respeito ao paciente é uma verdade, a vivência de sonhos é uma realidade e a vida se torna cada dia melhor.

A cada conquista a Fundação Pró-Renal deseja surpreender seu cliente mais importante - o paciente. Para isso, se organiza e se estrutura, ampliando seus objetivos e sua área de atuação.

#### **Dia do Rim**

É comemorado no dia 13 de março, o Dia Mundial do Rim, data que figura como uma oportunidade de alerta sobre os perigos e o alcance das complicações renais, que atingem hoje milhões de brasileiros.

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Nefrologia, mais de 70% das pessoas que sofrem com problemas renais não sabem que estão doentes e, portanto, não buscam tratamento. A mais grave delas é a Doença Renal Crônica (DRC), mal que afeta atualmente cerca de 2 milhões de pessoas no Brasil e, quase 500 milhões em todo mundo. A DRC é caracterizada pela perda progressiva e irreversível das funções dos rins, uma espécie de filtro do nosso organismo, e tem como principais causas o agravamento de quadros de diabetes e hipertensão.

#### **Diagnóstico precoce**

Segundo os especialistas, a melhor forma de retardar a ação das doenças renais, evitando o surgimento da anemia ou mesmo sua evolução, é o diagnóstico precoce. Basta uma amostra de sangue, obtida com uma picada no dedo, para se medir os níveis de creatinina. 'Quando os níveis dessa substância estão elevados é um

sinal laboratorial do problema instalado', resume o nefrologista Roberto Pecoits Filho, professor adjunto do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da PUCPR. Assim, quando alguma doença afeta a função renal isso se reflete em uma elevação da concentração de creatinina no sangue. O especialista adianta que outra forma mais precoce de detecção é a identificação de perda de proteína na urina.

Anemia, pressão alta, inchaços, fraqueza e desânimo constantes, vontade de urinar no período da noite, náuseas e vômitos frequentes. Embora esses sintomas não sejam, necessariamente, conseqüências da DRC, eles costumam aparecer em pessoas que sofrem da doença. Em um organismo saudável todo o excesso é eliminado pelos rins, mas quando eles não funcionam, ficam retidos na circulação e se transformam em toxinas, causando alterações musculares, sangüíneas, digestivas, cardiovasculares e cutâneas.

#### **O risco da anemia**

Uma das complicações mais comuns da DRC é a anemia, diminuição dos níveis de glóbulos vermelhos do sangue que leva a uma menor oxigenação do organismo. Esse distúrbio pode contribuir também para o surgimento de doenças cardiovasculares, já que o coração aumenta o ritmo de bombeamento sangüíneo na tentativa de compensar a falta de oxigênio no corpo. Estima-se que cerca de 70 mil portadores de DRC desenvolvam também a anemia renal. O nefrologista considera que, atualmente, a presença de doença renal representa um risco adicional de problemas do coração, semelhante ao risco aumentado, por exemplo, pelo colesterol alto ou tabagismo.

A DRC não apresenta sintomas aparentes até que cerca de 50% da função dos rins estejam comprometidas. É importante estar alerta a certos sinais. Ardor ou dificuldade para urinar, alterações na coloração ou presença de sangue e espuma na urina, são alguns deles. Inchaço ao redor dos olhos e nas pernas, dores lombares, vômitos, náuseas, palidez e fraqueza também podem ser indicadores da doença. Ao menor sinal de alterações do organismo, um médico deve ser consultado.

'No início, o paciente não sente nada e os exames preventivos - creatinina no exame de sangue e proteína na urina - são a única forma de detectar a doença', reconhece Pecoits Filho. Nos casos mais leves, a causa da doença deve ser tratada, permitindo que os rins possam se recuperar por si próprios, restringindo todas as substâncias eliminadas através deles. Nos casos de insuficiência severa, o tratamento indicado é a hemodiálise, um procedimento em que uma máquina limpa e filtra o sangue, liberando o corpo dos resíduos prejudiciais à saúde, como o excesso de sal e de líquidos. Nos casos em que a lesão dos rins é gravíssima, a única opção é o transplante.

#### **O transplante prolonga a vida**

Como toda pessoa saudável tem dois rins, é possível doar um deles sem prejuízo das suas funções. Segundo os médicos, um rim realiza perfeitamente o trabalho do outro, desde que a pessoa não tenha problemas de saúde.

Este tipo de doador é chamado de doador vivo relacionado, geralmente, por ser um membro da família. A doação pode vir de uma pessoa que morreu recentemente. É muito importante que o sangue e tecidos do doador sejam compatíveis, para evitar a rejeição.

Para ser doadora, a pessoa deve estar em ótimas condições de saúde, pois terá que enfrentar a cirurgia, na qual um dos rins será retirado. Há uma lista de espera para receber um rim de doador cadáver. Porém, se um parente doa um rim, o transplante pode ser feito mais cedo. Uma nova vida começa após o transplante. Não é mais necessário fazer diálise e o paciente recupera suas condições de trabalho e vida social. No entanto, é preciso continuar um acompanhamento por meio de exames frequentes.

O transplante de rim não apenas aumenta a qualidade de vida dos pacientes com problemas renais, mas também lhes prolonga consideravelmente a expectativa de vida. Enquanto que nas pessoas que permanecem na lista de espera a expectativa é de 10 anos, nos pacientes transplantados ela pode ultrapassar a 20 anos.”

Parabéns ao Dr. Miguel Riella, que é Cidadão Honorário do Paraná. Parabéns ao Dr. Miguel Riella pelo trabalho filantrópico e de cidadania que desenvolve através da Fundação Pró-Renal.

Pedirei para que depois desse pronunciamento o Dr. Riella leve o material referente à campanha da creatinina ao Dia do Rim, à Deputada Cida Borghetti, que está presidindo esta Sessão.

Ontem, a Prefeitura de Curitiba entregou R\$ 240 mil em equipamentos ao Hospital Erasto Gaertner, que atende pacientes portadores de câncer, aqui na capital do Paraná e, também, muita gente vinda de diversos municípios do interior do Paraná. Esses R\$ 240 mil em equipamentos foram o pagamento a uma emenda, ainda como Vereador de Curitiba, e que foi cumprida pelo Prefeito Beto Richa.

Quero, portanto, aqui publicamente, agradecer à Prefeitura de Curitiba, à Secretaria Municipal de Saúde e dizer que ficarei muito feliz se no final deste ano, eu puder fazer nesta tribuna aqui, humildemente, o mesmo agradecimento ao Governador Requião se ele arcar com as emendas que foram aprovadas pela Assembleia e propostas pela Comissão de Saúde no término do ano passado, para beneficiar o Hospital Evangélico, o Hospital de Clínicas, o Hospital Pequeno Príncipe, o Hospital Erasto Gaertner, o Hospital Cajuru, a Santa Casa de Misericórdia e, inclusive, o Hospital Bom Jesus, de Ponta Grossa.

Com o aparte o Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

Gostaria de parabenizar pelo seu pronunciamento e parabenizar pelo seu trabalho a frente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. O senhor iniciou o seu pronunciamento falando sobre Segurança Pública. Tenho alguns dados muito interessantes, Srs. Parlamentares.

Talvez, esteja aqui o grande, o grave problema do estado do Paraná com relação à Segurança. O Paraná tem um dos piores, uns dos menores efetivos por habitante, do Brasil. O Paraná só ganha do Maranhão e do Piauí. São 544 habitantes para cada policial militar. É um dos menores do Brasil.

Só para vocês terem uma idéia, em Roraima existe um policial para cada 277 pessoas, no distrito federal, onde o salário é quase três vezes maior que alguns estados, cada policial teria que cuidar apenas de 166 habitantes.

Portanto, o problema é grave no estado do Paraná, porque temos um dos menores efetivos do Brasil. Só ganhamos de Maranhão e do Piauí.

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Agradeço a oportunidade de colocar essas questões aqui na Assembleia Legislativa e quero dizer que conversei com o Deputado Romanelli hoje e ficou, portanto, confirmada a vinda do Secretário de Saúde como convidado na Comissão de Saúde.

Aliás, o Secretário nunca se negou a comparecer, um bom Secretário de Estado, mas existem algumas questões que queremos esclarecer e acredito que a vinda do Secretário será uma boa oportunidade para dialogarmos sobre assuntos de interesse da comunidade paranaense. Seja da comunidade que é ligada ao Governo, seja da comunidade que torceu pela Oposição nas eleições.

Quando o assunto é Saúde, nós colocamos os interesses políticos em segundo plano.

Muito obrigado!

#### **A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Concedo a palavra por 10 minutos ao Deputado Luizão.

### ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

#### **O SR. PROFESSOR LUIZÃO**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Faço aqui um comentário a respeito dos últimos episódios envolvendo conflito na América do Sul. Conflito que envolveu a Colômbia e o Equador.

Considero importante o avanço da democracia e da diplomacia nos países aqui da América Latina. Isso é fruto de uma evolução.

Há um tempo atrás, as questões polêmicas entre os países da América Latina, principalmente, só se resolveriam com a intervenção dos Estados Unidos que consideravam aqui um quintal dos Estados Unidos.

Nesse último episódio, embora grave, vimos que a diplomacia prevaleceu e os próprios países se entenderam, tiraram uma resolução de comum acordo e acredito que estamos evoluindo aqui para progredirmos juntos entre os países, uma união maior entre os países da América Latina que sempre foram explorados pelos norte-americanos.

Sabemos que na Colômbia existe um conflito já há mais de 50 anos, que envolve os insurgentes armados das FARC. Claro que contra sucessivos Governos eleitos pela oligarquia.

A Colômbia, embora tenha um discurso legalista, diplomático, não foi isso que vimos com a invasão do Equador.

É claro que não podemos ver essa questão de forma isolada, porque segundo um professor especialista na América Latina, Isaias Almada, ele cita um trecho de um relatório feito pelo Presidente Bush em julho de 2001, e que foi publicado no jornal dos Estados Unidos, o Jornal Nação, que diz o seguinte:

‘Os Estados Unidos necessitam garantir para os próximos anos o fornecimento seguro, estável e barato do petróleo’. E o relatório avalia que três regiões no mundo têm que ser consideradas nessa perspectiva: O Golfo Pérsico, Ásia Central e o Arco Amazônico Andino que se entende Venezuela, Colômbia e Equador.

Tem um parágrafo nesse relatório bastante interessante que diz o seguinte: ‘Caso não se consiga o petróleo por meios diplomáticos, devemos introduzir na matéria o nosso aparato militar’.

Vê-se claramente que mesmo um episódio que parece localizado, tem aí uma influência, com certeza, dos interesses norte-americanos pelo petróleo.

Sabemos que no Golfo Pérsico, no Iran, no Iraque, na Ásia Central e no Afeganistão falharam esses meios diplomáticos. E aqui, onde era considerado o quintal dos Estados Unidos, que deveria ser uma questão mais ou menos tranqüila para os norte-americanos, também surgiram alguns problemas. O Hugo Chávez, na Colômbia, e mais recentemente no Equador, o Rafael Correia. Então, pelo jeito aqui na América Latina só existe um Governo totalmente submisso aos norte-americanos, que é naturalmente, a Colômbia.

Então, estamos assistindo um episódio de profundo interesse dos norte-americanos, o conflito envolvendo a Colômbia e o Equador. E, claro, a Venezuela, onde hoje comanda o Chávez, que tem esta preocupação, porque o petróleo desta região sempre foi controlado pelos norte-americanos. Inclusive, neste episódio da invasão do Equador, havia a pretensão de divulgar nos meios de comunicação que os guerrilheiros estavam prestes a comprar 50 copéis de urânio. Resta saber o que eles iriam fazer, na floresta, com 50 copéis de urânio!

Mas, devemos lembrar qual foi a motivação para a invasão do Iraque. Qual foi a motivação? Seriam, claro, as armas de destruição em massa. E até hoje não apareceram estas tais armas de destruição em massa. A motivação da invasão do Iraque nós sabemos, claro, as armas de destruição em massa.

Não estou, aqui, fazendo apologia a este ou àquele governante. Estou só fazendo um comentário a respeito do que era a América Latina e o que é hoje, onde os Governos estão procurando intensificar os mercados comuns - banco do sul - se fortalecer entre si. Inclusive, o

Presidente Lula ampliou muito o comércio entre os países aqui da América Latina.

Então, temos que perceber que é mais do que hora os países daqui caminharem com suas próprias pernas, de unificarem países que têm histórias comuns, de se fortalecer e não depender, como aconteceu algum tempo atrás, única e exclusivamente dos norte-americanos. E na Guerra do Iraque, cujo motivo estava bastante evidente, que é o petróleo, o interesse maior.

Tem um estudo do Prêmio Nobel de Economia, feito pelo Joseph Rotblat, que diz que o custo daquele conflito no Iraque está previsto para ultrapassar US\$ 3 trilhões. No início do conflito, o Bush previa gastar 50, 60 milhões. E uma economista da Casa Branca previa que poderia chegar a US\$ 200 bilhões. E hoje, calcula-se que pode chegar a 3 trilhões. Segundo o economista, 1/6 deste valor seria suficiente para resolver todos os problemas de Seguridade Social dos Estados Unidos pelos próximos 50 ou até 70 anos.

Os Estados Unidos dão uma ajuda anual para a África, em torno de US\$ 5 bilhões. E que equivaleria a 10 dias da Guerra do Iraque. Duas semanas desta Guerra daria para acabar com o analfabetismo no mundo.

Então, vejamos, Srs. Deputados, um custo de US\$ 3 trilhões daria para resolver muitos problemas no mundo. Mas, é custo que está sendo necessário para manter o poderio norte-americano e o seu interesse e seu abastecimento de petróleo a qualquer custo, como diz este relatório, publicado lá em 2001.

Os Estados Unidos necessitam garantir para os próximos anos o fornecimento seguro, estável e barato do petróleo. E para isso, caso não consigam o petróleo por meios diplomáticos, devem introduzir na matéria seu aparato militar. E aqui na América só está restando um país submisso, que é a Colômbia, um país submisso aos norte-americanos. A hora que tiver um Governo democrático, acredito que ali também vai ser possível estabelecer um diálogo com as FARC, acabar com este conflito absurdo que existe neste país, que ceifa milhares de vidas.

Com certeza, este também vai ser um país preocupado com sua população e com sua reintegração regional.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Deputado Professor Luizão, acho que é preciso lembrar que quando ocorreu essa incursão da Colômbia ou do exército colombiano entre o Equador, o que na verdade estava se buscando fazer é o entendimento direto entre a França, que tem uma Senadora que também tem cidadania francesa e a guerrilha das FARC, e que na América do Sul nenhum país reconhece as FARC como grupo terrorista, diferentemente do que pretendem os Estados Unidos. Todos eles entendem, todos os países da América Latina entendem as FARC como um grupo insurgente.

Então, me parece que a coisa é um pouco mais profunda do que, nos jornais, num primeiro momento nós

vimos. É lógico que há também o interesse do grupo guerrilheiro em se afastar do próprio Chávez, e fazer com que houvesse diretamente entre a França e esse grupo uma negociação, e o que dá a entender é que em nenhum momento o Governo da Colômbia quer distensionar esse processo. Talvez por isso tenha ocorrido, porque as outras notícias, como o senhor falou, é um absurdo pensarmos que dá para acreditar nas versões que foram apresentadas.

**O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)**

Então, quero acreditar que esse conflito deva acabar um dia e que esse país também venha a se desenvolver.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sra. Presidente, apenas gostaria de fazer um registro, e como cedi o Horário de Liderança da Oposição ao Deputado Belinati, com todo prazer, gostaria de ter a atenção do Líder do Governo porque gostaria de fazer aqui um elogio. O Governador, outro dia, tomou uma medida duríssima contra uma medida da SANEPAR que estava aumentando as tarifas. Deputado Romanelli, para que V. Exa. não alegue que nós nunca elogiamos o Governador, mas, elerte o Governador agora que a SANEPAR está arrumando um subterfúgio para fugir do veto do aumento que o Governador proibiu. A SANEPAR está aumentando as multas e as tarifas de serviços. Então, uma forma de fugirem do veto do Governador.

Quero fazer esse registro para que o Líder do Governo alerte o Governador porque eles estão fugindo da ordem do Governador.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Ainda no Horário das Lideranças: PMDB. Com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli. Posterior PDT. Deputado Luiz Carlos Martins.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli***

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Deputado Valdir Rossoni, quero dizer a V. Exa. que o Governador Requião deu uma determinação. O Governador não manda recado, ela dá ordens diretas e expressas, e determinou que a SANEPAR não proceda até poder esgotar todas as possibilidades de, com a rede de esgoto e água instaladas obter o melhor desempenho do ponto de vista da eficácia da sua atuação, que não proceda nenhum reajuste de tarifa. Se algum reajuste de tarifa resultar será depois de um amplo processo de esgotamento das possibilidades.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Romanelli, só um segundo. O aumento de tarifa - e eu elogiei a atitude do Governador - mas eles estão encontrando uma forma de aumentar a receita através do aumento das multas e das tarifas de serviço.

Então, é um subterfúgio para tentar, e não acredito que o Governador seja enganado com o alerta que nós estamos fazendo.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Certamente o Governador Roberto Requião pode ser tudo, menos enganado. Isso com certeza absoluta!

Embora tenhamos que reconhecer que os alertas, às vezes, são importantes.

Tenho ouvido pronunciamentos nesta Casa, diria até, muito bem centrados, focados quando se discute políticas públicas.

Entendo que há um espaço de debate político nesta Casa. Hoje verifico, até são questões emocionais, porque quando se lê as estatísticas em relação aos homicídios, a criminalidade, normalmente os vitimados são a população de mais baixa renda.

E, semana passada, todos foram surpreendidos com um crime que chocou a sociedade. A Pró-Reitora da UFPR foi brutalmente assassinada num assalto.

Quero informar V. Exas. que recebi agora há pouco uma informação que, um menor de idade que participou do crime foi preso. Até amanhã teremos esse crime bárbaro desvendado.

Temos que reconhecer que as raízes da violência não estão em colocar um policial na frente da casa de cada um.

Recentemente fui, junto com o Deputado Durval Amaral, acompanhar o Governador Roberto Requião naquela solenidade da Bolsa de Nova Iorque. Andando por aquela cidade que tinha um programa chamado Tolerância Zero, dá para perceber que Nova Iorque não é um aparato público de segurança que impressiona. Ao contrário, você só vê deslocamento de viatura policial, sempre em velocidade, na minha avaliação elevada.

Difícilmente você vê um automóvel andando pelas ruas. O que tem em Nova Iorque, muito fortemente, é a segurança privada. Isso numa cidade de 1º Mundo.

O fato concreto é que, cada vez mais a nossa sociedade tem, até ouvia ontem as palavras do jovem Deputado Ribas Carli Filho e, pelo que percebo ele está estudando, e bastante, falava das manchas urbanas. Casa vez mais as manchas urbanas se conurbam. E essas áreas são áreas de exclusão social.

Temos que reconhecer que a região metropolitana de Curitiba está impactada por um crescimento populacional desproporcional a condição do Poder Público e do setor privado em oferecer as condições mínimas de vida para essas pessoas.

Temos uma lei restritiva de ocupação do solo, uma lei elitista, que foi feita em 1979, a Lei nº 6766. Foi uma colcha de retalhos do que havia na legislação, no então chamado direito urbanístico, para poder enfrentar o processo rápido de urbanização no final da década de 70.

É uma lei que, somada à legislação ambiental restritiva, acaba elegendo poucas áreas passíveis de serem loteadas.



É verdade, as ocupações irregulares se dão, justamente, nas áreas que não podiam ser ocupadas pela população que demanda por moradia.

O fato é que se você verificar o que acontece em Curitiba, no miolo de muitos bairros, na região metropolitana, são fatos muito graves. É o acúmulo de situações vividas durante décadas, eu diria desta forma, porque é mais do que duas décadas que estamos experimentando esse crescimento vertiginoso.

O mais grave de tudo: há companheiros e companheiras que vão disputar eleições. As estatísticas e as previsões são muito graves. Deputada Beti Pavin, a nossa previsão para Colombo é que daqui não muito tempo, daqui a 20, 25, 30 anos, vai ter 500 mil habitantes. A previsão da nossa região metropolitana, hoje, Deputada Rosane Ferreira, que tem 2 milhões e 800 mil habitantes, é que em 40 anos dobre o número de habitantes no mesmo espaço urbano. Então, se a situação já está muito difícil, ela tende a piorar se medidas muito drásticas não forem efetivadas. E essas medidas não são de colocar um policial na frente da casa de cada pessoa. Não adianta isso. Lamentavelmente, não adianta.

É importante o Projeto POVO. É importante ter a Polícia. É importante a Patrulha Escolar. É importante a atuação da Polícia Militar, mas se não fizermos, de fato, a implementação das políticas públicas que resgatem do ponto de vista social, que gerem oportunidades para os nossos jovens, certamente, não vamos conseguir mudar essa realidade.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Romanelli, estou pensando, aqui, há quanto tempo as políticas públicas vêm sendo destruídas no nosso país, no nosso estado e na nossa cidade. A onda neoliberal tão cantada em verso e prosa, no final da década de 80, década de 90, retirou direitos de uma grande parte da população, retirou direitos do estado inclusive de poder intervir para beneficiar essa parcela da população, e nós estamos vivendo, hoje, as conseqüências.

Parece que discutir Segurança Pública, hoje, com o olhar apenas do presente não resolve. Ou nós olhamos e tentamos refletir para aquilo que aconteceu nos últimos 20 anos e para a grande quantidade de pessoas que estão sendo deserdadas da nossa sociedade, ou não vamos resolver.

Quero lembrar, aqui, neste breve espaço em que o senhor me concede de aparte, o que falou, quando preso, um dos Líderes daquela rebelião em São Paulo para um jornal de grande circulação nacional. Dizia ele: “Nós temos mais de 100 mil homens bombas em São Paulo. Estão dispostos a qualquer coisa. Vocês não tem saída. Nós estamos presos dentro das penitenciárias. Vocês estão presos fora das penitenciárias.” É isso que acontece. Parece que agora a sociedade começa a acordar.

Lamento muito o que aconteceu. Acho que o senhor tem razão. É um crime bárbaro. Agora, quantas centenas de crimes bárbaros aconteceram contra a nossa

população pobre e que não houve um único pronunciamento. Em nenhum momento as pessoas lembram que todos temos, perante a Constituição, os mesmos direitos e as mesmas obrigações. Lamentavelmente, é preciso que chegue à classe média, chegue à classe alta, para se entender como também é possível ser atingida pela violência que, muitas vezes, é causada por ela mesma.

Acho que é bom esse pronunciamento que o senhor faz, mas é preciso que façamos uma reflexão. Isso não começou agora e não vai terminar agora. Ou revemos todas as nossas posturas ou vamos ter problemas muito mais graves nos próximos anos.

Obrigado!

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Um minuto para que V. Exa. conclua seu pronunciamento.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Governo***

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sra. Cida Borghetti, uso o horário da Liderança do Governo.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Então, mais 10 minutos, nobre Deputado.

**A Sra. Rosane Ferreira (PV)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Romanelli, é um prazer falar e dizer que estou concordando plenamente com o senhor. Acho que suas palavras são sábias. É preciso tirar só da responsabilidade da Polícia armada - Civil e Militar - a defesa da vida. Hoje estava pensando, nos mesmos moldes que se tem o consórcio para gerência do lixo urbano, temos que pensar políticas que visem um consórcio metropolitano para o enfrentamento da violência.

A violência urbana não tem limites. Os carros são roubados aqui, Deputado, e são levados para desmanche em Araucária, Almirante Tamandaré, Colombo. As pessoas saem de Pinhais e assaltam em Curitiba. Saem de Curitiba e assaltam em Araucária. Hoje, temos que implementar uma política de enfrentamento comum a todos os municípios. Temos que sentar e discutir. Não sei se o senhor ouviu o meu pronunciamento no início da Sessão de hoje, mas na verdade exatamente isso que eu cobrava e falava. E quando trazia o exemplo de Diadema, aumentar o efetivo, implementar maiores condições de trabalho para os policiais, foi só um de 17 pontos que Diadema lançou mão para fazer esse enfrentamento.

Concordo com a sua posição em relação a isso. Agora, é preciso que façamos algo com urgência, justamente pelos dados que o senhor colocou: a crescente densidade populacional e as mazelas que devem piorar e muito.

Obrigada.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço, Deputada Rosane e quero dizer que não tenho dúvidas que o caminho, pelo menos o mapa do caminho, para que possamos reduzir a violência. Violência que sabemos é intrínseca na nossa sociedade. Dentro do âmbito da família, inclusive, a questão é mais grave. O Pastor Edson que trabalha mais com famílias sabe desse problema grave. O fato é o seguinte, ou vamos fazer um grande pacto entre Governos, seja no âmbito estadual, federal, municipal, com a sociedade civil organizada, ou construímos de fato um pacto pela Segurança, que amplia essa discussão.

Acho que algumas pessoas têm um fetiche de colocar lá um pobre diabo, negro, na capa de um jornal, escrachado. Ele na verdade também é uma vítima da violência. O fato é que nós, pessoas de bem, nos unamos e o Ministério Público, o Judiciário, o Governo, todo esse aparato trabalhando junto.

E não adianta, é com os mesmos conceitos que trabalhou sempre, talvez, um dos maiores brasileiros que foi o geógrafo Milton Santos, que tratou do tema. A geografia humana ele trata justamente. Nós tratamos do todo. Ou pensamos, de fato, no conceito geral de atender uma família, que não dá para deixar ninguém para trás, ou de fato a nossa sociedade é de exclusão, ela é geradora da violência. Essa desigualdade social é que gera a violência e que temos que ter a competência, a capacidade política de reconhecer esse tema.

Por isso que gosto de ouvir pronunciamentos, como ouvi aqui hoje esses apartes e vejo as concordâncias. Porque subir à tribuna e fazer um discurso repudiando a violência é fácil. Todos repudiamos e nos agride a violência. Nos preocupamos profundamente. Paramos nos semáforos e olhamos para os lados. Olhamos num ponto de ônibus à noite, as pessoas têm medo porque não sabem quem poderá vir. O cobrador de uma estação tubo. O fato é que vamos nos articular num pacto para combater a violência. A mídia, Deputado Luiz Carlos Martins, tem uma grande responsabilidade nisso, do ponto de vista de fazer de fato um movimento a favor do combate à criminalidade. Não adianta ficarmos no discurso estéril de quem é que tem culpa. A verdade que o tema é muito mais complexo do que parece. Deputado Cartário, lhe concedo um aparte.

**O Sr. Geraldo Cartário (PDT) (Aparte)**

Deputado Romanelli, V. Exa. entrou numa discussão muito apropriada para o momento e certamente, enaltecendo a Oposição e a Situação, porque todos os Deputados estão preocupados com o problema da Segurança.

Daria uma sugestão a V. Exa. como Líder do Governo: haveria a possibilidade da Polícia Militar manter uma blitz durante 30 dias, nas saídas de Curitiba para os municípios que fazem parte de saída e entrada? Com isso certamente que estaríamos prendendo armas, drogas e tudo. Porque está comprovado e é verdade, as coisas acontecem. Roubam em Araucária e vêm para Curitiba,

roubam em Curitiba e vão para a Fazenda Rio Grande, para Almirante Tamandaré. Se tivéssemos um policiamento - é claro que o Governo faria uma divulgação, para que o povo se conscientizasse, para o bem da população. Por que blitz enche o saco, é uma coisa horrível.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Mas é muito boa para poder pegar bandido.

**O Sr. Geraldo Cartário (PDT) (Aparte)**

Certamente, se V. Exa. levantasse essa situação, é uma sugestão, uma blitz, durante 30 ou 15 dias, em todas as saídas de Curitiba, com os municípios vizinhos.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço Deputado Cartário.

Quero dizer que tenho discutido com o Deputado Mauro Moraes, que é Presidente da Comissão de Segurança Pública, a possibilidade de convidarmos o Secretário Delazari, por esses dias - ele está enfermo e teve que fazer uma cirurgia - para ele vir a esta Casa e discutir este tema de uma forma mais abrangente.

Conhecemos a Polícia Militar, quem são os Coronéis, os Tenentes-Coronéis, os Majores, os Tenentes, que tocam a Polícia. Temos uma Polícia que é articulada. Temos agora o ingresso de mais 3 mil policiais na Polícia Militar.

Subi a esta tribuna para falar das coisas boas e acabei enveredando sobre esta questão que é complexa. Voltava ao interior, Siqueira Campos, para inaugurar um programa do Lula, maravilhoso, junto com o Deputado Alex Canziani, que é a Universidade Aberta do Brasil, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul fazendo o ensino à distância. Cento e oitenta e oito pessoas de Siqueira Campos e da região participando de um programa sem pagar um real, cursando uma universidade pública com ensino à distância, na parceria que o Prefeito Luiz Antônio, de Siqueira Campos, fez com a Universidade do Mato Grosso do Sul. Isto é política pública que dá oportunidade para as pessoas. Mas, voltei e dei carona para um policial militar de Ponta Grossa que trabalha em Curitiba. Não sabia que policiais militares que moram em Ponta Grossa, em Tijucas do Sul, longe daqui, vêm trabalhar em Curitiba. Porque a Polícia Militar tem dificuldades de recrutar policiais, em um quadro complexo que envolve a seleção de pessoas.

V. Exas. sabem, tirando o Governo do distrito federal, que é a "viúva", o Tesouro Nacional que paga a conta, o Paraná tem um dos melhores salários à Polícia Militar. É claro que está longe do que é desejável, mas já paga um bom salário. Mesmo assim há dificuldades, um processo de exclusão. Temos vagas na Polícia Militar, para serem preenchidas, para se ter mais policiamento. Temos que fazer grandes movimentos para modificar essa realidade.

Por exemplo, vamos votar aqui em 1ª discussão a possibilidade de contratação de mais 100 profissionais,

médicos, legistas e peritos criminais para o Instituto Médico Legal, para reforçar todo esse aparato. O tema merece uma discussão nesta Casa. Entendo que temos a responsabilidade de provocar essa discussão nesta Casa. Entendo que temos a responsabilidade de provocar essa discussão no sentimento de trazer a sociedade civil organizada, o Governo do Estado e o Governo Federal, envolver as Prefeituras Municipais, todas as pessoas de bem, para que tenhamos uma sociedade mais segura e muito mais fraterna, para que possamos viver com tranquilidade, com os nossos filhos, amigos e as pessoas que querem ter uma vida digna nesta passagem terrena que temos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Passei uma informação agora e gostaria de acrescentar a essa informação que o estado do Ceará também tem um índice inferior ao Paraná. O Paraná tem o 4º menor índice em matéria de efetivo, por habitante. Como esqueci o Ceará, só gostaria de deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Martins, por 10 minutos.

### ***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tolerância Zero. Esse termo surgiu exatamente em Nova Iorque - Tolerância Zero - para diminuir a criminalidade em Nova Iorque. Aí estávamos fazendo um levantamento: Nova Iorque tem 11 milhões de habitantes, Deputado Pugliesi, e o Paraná está próximo de 11 milhões. Nova Iorque tem 40 mil policiais, Deputado Carli, e o Paraná tem em torno de 18 mil policiais para 11 milhões de habitantes. Em Nova Iorque, 11 milhões de habitantes, 40 mil policiais. Há uma desmotivação? Fiquei preocupado pelas afirmações do Deputado Romanelli: não há interesse do nossos jovens em entrar na Polícia Militar. Isso é preocupante, Deputado Valdir Rossoni!

Mas, vejam os senhores, gostaria que os senhores fossem visitar uma Delegacia de Polícia de Curitiba, qualquer uma, qualquer Distrito, vamos sair de lá envergonhados... pilhas e pilhas de processos e apenas um escrivão de Polícia para atender a todos aqueles requisitos, a todos aqueles processos. O que estaria acontecendo? Ontem eu disse aqui que a Polícia Militar está dividida: Polícia Militar formada por homens honrados e mulheres honradas. A Polícia Civil está desmotivada, está dividida. O Secretário de Segurança Pública, o Dr. Delazari sabe do que estou falando, sabe das necessidades da nossa Polícia, ele precisa de mais homens, mais mulheres, Deputada Beti, ele precisa

de melhores salários, de investimento não só técnico, mas investimento financeiro na nossa Polícia.

Vejam os senhores, onde moram os nossos policiais e quanto eles ganham! Vejam onde moram! Os policiais militares vivendo de bico para completarem os seus salários e para cuidarem da nossa segurança. É lamentável, realmente, o que está acontecendo. O Dr. Delazari é um homem preparado, acredito nisso, mas pode colocar qualquer homem preparado sem condições. Agora, precisamos aqui também restabelecer o seguinte, aí, Deputado Romanelli, concordo, isso vem de outros Governos e até do próprio Governador Requião, lá atrás, dos outros Governos.

Então, ouvi ontem um informação no plenário de que o Governo estava contratando mais 1.000 policiais. Mas, na verdade, Deputado Elio Rusch, sabe o que é? É para repor os 1.000 policiais que se aposentam. Não há acréscimo nenhum. Existe fila de interessados em entrar na Polícia Militar? Existe, sim. Existe interessados em entrar na Polícia Civil? Existe, sim. Agora, em demérito nenhum ao Secretário Delazari, ao nosso Governador. O Governador Requião teve uma experiência como Secretário de Segurança, lembram? Ele não foi Secretário de Segurança? Será que não estava na hora de começar, não sei, já que o Secretário Delazari quebrou o pé jogando bola e está até passando por uma cirurgia, ele pede uma licença para se restabelecer, e o Governador Requião assume novamente a Secretaria de Segurança do Estado. Está aí uma sugestão que dou ao Governador Roberto Requião, até que o Secretário Delazari se restabeleça do acidente que sofreu.

Então precisamos aqui dizer aquilo que realmente está acontecendo e, é pior que tudo isso que estamos falando. É um verdadeiro caos, é uma verdadeira desmotivação. A Polícia Militar está desmotivada. Eles estão me assistindo neste instante, pela TV Assembleia, eles sabem do que eu estou falando. A Polícia Civil, mais desmotivada ainda, são chamados de corruptos e ladrões, quando na verdade não são.

É claro que em todo o setor existem os desonestos, os corruptos, os ladrões, mas a nossa Polícia, ela é formada de gente sofredora. Aquela policial civil que foi assassinada agora, em Campina Grande do Sul, que na verdade é de Coronel Vivida, tanto é que ela foi sepultada lá, ela estava ajudando no bailão para ganhar um pouco mais, para aumentar a renda familiar, para atender as suas despesas pessoais e as despesas da família.

Na verdade, aproveitei para vir aqui falar sobre Segurança, e espero e me parece que o Deputado Mauro Moraes, Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, vai propor uma grande discussão, não numa salinha fechada da Assembleia, não! O povo não quer que a reunião sobre Segurança seja numa salinha fechada, pequenininha. O povo do Paraná espera que essa reunião seja aqui no plenário, Sr. Presidente, com a televisão transmitindo.

Gostei da sugestão do Líder do Governo, Deputado Romanelli, trazer aqui o Secretário de Segurança, o Comandante da Polícia Militar, Coronel Xavier. Enfim, todos aqueles que são envolvidos com a Segurança.

O que me chama atenção, Deputado Caíto, é o seguinte: o Governador Requião apoiou o Presidente Lula, não apoiou? O Presidente Lula apoiou o Governador Requião. Será que os dois não podem conversar em termos de Segurança? Será que não podem sentar e trazer dinheiro para cá, investimento para a nossa Segurança? É claro, Deputado Péricles, que também tenho consciência da questão social, que é preciso haver uma inclusão cada vez mais forte para diminuir.

Olha, vamos falar sobre drogas. Os maiores consumidores de cocaína do mundo estavam nos EUA e na Europa. Lá. Hoje, não mais. Hoje eles são os maiores consumidores dessas drogas sintéticas. Conseqüentemente, o êxtase e outros que ainda não chegaram aqui. Eles deixaram de consumir lá nos EUA e na Europa, a cocaína e essas drogas que são plantadas nos países vizinhos e, até no Brasil. Conseqüentemente, eles foram buscar os consumidores potenciais da cocaína, do crack. Para os senhores terem uma idéia, hoje, em Curitiba e na região metropolitana, eles compram cocaína na esquina, compram crack. Agora, às 16h45, ali perto da Catedral, na praça Tiradentes, eles estão vendendo. Vai perto dos terminais. Vai no Alto Maracanã, em Colombo. Vai lá na Fazenda Rio Grande. Lá no Iguazu. Eles estão vendendo hoje porque o preço caiu. Então, eles podem consumir cocaína aqui, porque não têm os consumidores lá fora. Eles têm que vender aqui.

A Polícia sabe quem são os vendedores. Vai lá na Delegacia de Furtos de Veículos, o Dr. Delegado, ele fala: “Tem 200 presos lá. Nós prendemos 200 aqui.”

Essa é a discussão que o povo quer. O povo quer que a gente fale. Deputado Bertoldi, perdão! Sei que V. Exa. iria contribuir muito com esse nosso falatório aqui. É preciso falar, falar, falar. E essa é a grande vocação do parlamento. Falar, falar, gritar se for preciso, indignado. Se não, Sr. Presidente, vamos fechar isso daqui, porque de nada vai valer. Aqui é a Casa de ressonância do povo do Paraná, mesmo contra aqueles que não aceitam. E hoje é consciência geral de que da forma como está não pode ficar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra Deputado Antonio Belinati.

## ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Desde garoto, me recordo que quando precisávamos de emprego - e aconteceu comigo também - chegávamos numa loja ou numa indústria e eles ofereciam a oportunidade para aprendermos o chamado ofício. Quanta

gente, neste país, que se tornou empresário poderoso começou como faxineiro, como entregador de mercadoria, como arrumador de loja. Como Amador Aguiar que foi o alto comandante do BRADESCO, ele chegou garoto no BRADESCO e deram a ele a oportunidade de começar lavando sanitário, banheiro do Banco BRADESCO e virou o todo-poderoso Amador Aguiar.

Conheci muito o Major Rolim, Presidente da TAM, ele varria aviões, era faxineiro de aviões. E mesmo em Londrina, ele que veio se tornar o dono e Presidente da TAM, não tinha dinheiro para pagar uma pensão e muitas vezes o Major Rolim dormia dentro dos aviões que pernoitavam, por economia, por não ter dinheiro para pagar uma pensão.

Mas os tempos mudaram e agora o que vemos é que precisa-se de empregado. Exige-se prática e experiência comprovada muitas vezes pelo próprio motorista do transporte coletivo que tem que ter cinco anos de experiência para arranjar emprego. Outros não conseguem emprego porque o cabelo já está grisalho. O pessoal da meia idade para cima também está encontrando as portas fechadas, porque eles querem oferecer emprego mais para o pessoal jovem.

Presidente, do jeito que está caminhando o nosso Brasil, já, já, até para varrer rua, para trabalhar de doméstica, para trabalhar de mecânico, eles vão exigir, no mínimo, prática até na área da informática. Só que tem escola que o aluno entra, estuda muitos anos, aprendem que Cabral descobriu o Brasil, Colombo descobriu a América, alguns saem falando inglês, espanhol, recebem o canudo no ato da formatura, muitas vezes num curso superior. Tem uma grande festa, a festa da formatura, a coroação de um esforço de muitos anos e eles em seguida caem na fila do desemprego, porque sabem falar até mais de um idioma, mas não têm uma mão-de-obra qualificada.

Esse é o grande problema, terrível, do nosso Brasil. Nesta semana, na minha cidade de Londrina, aconteceu uma coisa boa. Foi uma cerimônia, aproveitando uma verba federal do Deputado Barbosa Neto em que o Presidente do Conselho de Administração do CIAP - Centro Integrado de Apoio Profissional, o grande brasileiro, o grande empresário Dinocarme Aparecido Lima, casado com uma mulher extraordinária, empresária de primeira linha, a dona Vergínia Mariani, esse casal com grande visão do Brasil, estão fazendo aquilo que mais falta, hoje: qualificando, treinando mão-de-obra em vários estados brasileiros.

O CIAP é hoje um dos mais conceituados institutos do nosso país. E somente em Londrina, nesta cerimônia, através desta parceria com entidades sociais, vamos ter o treinamento de 1.300 jovens, que vão ter, através de treinamento, da qualificação da mão-de-obra, poder dizer ao Brasil que eles investiram, que houve alguém que reconheceu e ofereceu a oportunidade do treinamento desta mão-de-obra e mais desses 1.300 jovens, aliados a milhares de outros que o CIAP está

treinando, capacitando em todo o Brasil, eles estarão preparados para enfrentar o presente e o futuro, podendo se apresentar numa empresa e preencher esses requisitos tão exigidos nos dias atuais.

Nobres Pares, quem não tiver mãos-de-obra qualificada vai querer trabalhar, vai querer ter boa vontade de trabalhar, mas o mercado de trabalho está cada vez mais escasso para quem não teve esta grande chance, como o CIAP, que Dinocarme e dona Vergínia passaram a oferecer no nosso país, e agora também na nossa cidade de Londrina.

Louvo o CIAP. Queira Deus que esta lição de vida, de bom profissionalismo, possa ser uma lição a ser seguida por autoridades federais, estaduais, municipais, pelos empresários, pelas entidades de classe, porque eu vejo tanto jovem que tem boa vontade, tem expectativa, reza, ora, muitas vezes choram, ficam depressivos, porque querem trabalhar para seu próprio sustento, precisam trabalhar para se auto-sustentar, para sustentar sua família, mas as portas são fechadas. O emprego buscado é negado por esta falta de mão-de-obra qualificada.

Parabéns Dinocarme e parabéns dona Vergínia, parabéns CIAP e parabéns às autoridades federais, estaduais, municipais, aos empresários, dirigentes de entidades de classe, que deram todo apoio para este grande e humanitário trabalho que o CIAP desenvolve em Londrina, no Paraná e no Brasil.

Por último, ocupamos a tribuna outro dia para lamentar que algumas mulheres, às vezes por ciúmes do marido, ou porque estão em busca de casamento, ou porque querem investir no seu próprio visual, acabam até exagerando na plástica, colocando silicone demais no bumbum, no seio, algumas exagerando até na lipoaspiração. Cheguei a dar opinião, aqui, que eu por exemplo não sou fã de ver estas mulheres que exageram na quantidade tão grande de silicone nos seios. Mas, não é o caso que vamos analisar.

Hoje vamos defender as mulheres que gostam de cirurgia plástica. O Conselho Federal de Medicina tomou uma medida, ontem, altamente discriminatória contra as mulheres de classe média e contra as mulheres pobres. Proibiu os médicos - proibiu! - os médicos de fazerem cirurgia plástica no crediário. A mulher estava juntando o dinheirinho debaixo do colchão, ou na poupança, e cheque pré-datado, cheque que vai e volta, três anos para pagar a cirurgia plástica e o Conselho Federal de Medicina, para mim, não entendeu que não deveria jamais ser permitida uma discriminação. Se o médico pode fazer a plástica para receber em prestações mensais, o que o Conselho Federal de Medicina tem a ver com a postura do médico? Na minha ótica, o Conselho tem que fiscalizar a competência profissional do médico, se ele está agindo corretamente dentro da profissão que ele abraçou, que é uma profissão nobre de médico, de zelar pela saúde do povo, ou de fazer as cirurgias plásticas em suas pacientes.

Então, quero nesta tarde lamentar que a partir de agora, se depender do Conselho Federal de Medicina, só mulher rica vai poder tentar mexer no seu corpo, fazendo cirurgia plástica. E lembrando, Sr. Presidente Nelson Justus, que muitas vezes a mulher é rica e com todo o dinheiro que tem faz uma cirurgia plástica e dá tudo errado. Numa ocasião teve uma cerimônia aqui na Assembléia, acho que a mulhere mais rica do Paraná veio aqui e “parou o trânsito” aqui na Assembléia. Ninguém prestou atenção nos discursos dos Deputados de tão feia que a coitada estava, aquilo deve ter umas quinhentas cirurgias plásticas, foi a maior sensação nesta Casa. Então, muitas vezes nem o dinheiro resolve para melhorar a carcaça da mulher. E muitas vezes a mulher é pobre, é de baixa renda, e também é bonita, mas se quer fazer plástica, vamos respeitar! Por que proibir a mulher de fazer plástica no crediário?

### *Ordem do Dia:*

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, Indicação nº 054/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Superintendente Regional do DNIT/PR, a implantação de ruas marginais no trecho da BR-476, no bairro Rio Baixinho, entre os Kms 158 e 161, situados no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 055/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de muro externo na quadra poliesportiva, a reforma dos banheiros e todo sistema elétrico da Escola Estadual Júlio Szymanski, no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 2ª Discussão

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/07, fica transferido ao Patrimônio do Estado do Paraná, o imóvel situado na avenida Sete de Setembro, nº 891, esquina com a rua Francisco Torres, nesta capital, registrado sob matrícula nº 15137, da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COCPT. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E SUBEMENDA DA CCJ.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DO PROJETO DE LEI Nº 629/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei em tela como escopo transferir ao patrimônio do estado do Paraná imóvel situado na capital do estado, de propriedade do SERLOPAR, autarquia extinta pela Lei nº 15521/07.

##### Fundamentação

O presente projeto de lei, volta a esta Comissão a fim de que seja analisada a emenda de plenário, proposta pelos nobres Deputados da bancada de oposição.

A SERLOPAR foi uma entidade criada pela Lei nº 8521/87 e transformada em autarquia estadual pela Lei nº 11272/95. Tal entidade foi extinta pela Lei nº 15521/07, que extingue as atividades de loteria do estado e, consequentemente, a autarquia em questão:

*Art. 1º Ficam extintas as atividades de exploração dos serviços de loteria no estado e, consequentemente, a entidade autárquica denominada Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, que se refere a Lei nº 11272, de 21/12/95. (grifo nosso)*

Diante de tais considerações, é de nosso dever verificar a constitucionalidade das presentes emendas. Inicialmente vejamos que a iniciativa, anteriormente já aferida, está em consonância com os ditames constitucionais e legais, tendo em vista que partiu do ente com capacidade para início do processo legiferante.

Tal afirmação se faz plausível tendo em vista que a autoria é oriunda do Poder Executivo, ente revestido de capacidade legislativa a qual vem originária da Constituição Estadual.

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

(...)

*IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.*

A partir daí podemos afirmar que quanto a sua constitucionalidade há total pertinência ante sua propositura. No que tange a análise das emendas, importante voltarmos à inteligência legal da Constituição Estadual, que assim tem a nos dizer:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

*VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos, funções públicas na Administração Direta, Autárquica e Fundacional e fixação de remuneração observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.*

Nesta vertente de grande valia destacarmos que a aplicabilidade do presente artigo se faz, uma vez que a iniciativa legislativa partiu do ente com competência para tanto. E, desde que iniciado de maneira correta e pelo sujeito com legitimidade constitucional para tanto, pode a Assembléia Legislativa dispor acerca de qualquer matéria, cuja competência é estadual.

Deste modo, não estão os autores das emendas ferindo algum princípio constitucional inerente a iniciativa, de maneira alguma, estão sim, dentro dos ditames da Constituição Estadual quanto às disposições trazidas, neste momento, pelas emendas apresentadas em plenário, as quais estão revestidas de constitucionalidade.

Outrossim, não se pode alegar que a falta de nexo entre o contido no projeto de lei e a emenda, ora analisada, tendo em vista que o intuito do projeto é tratar da extinta SERLOPAR, deste modo, total pertinência no contido na emenda que analisamos e o do projeto.

É nesse contexto que se observa a plena constitucionalidade das emendas ao presente, pois a transferência do patrimônio da extinta SERLOPAR ao estado do Paraná, encontra harmonia com todos os preceitos legais e constitucionais a ele concernentes.

Por derradeiro, ainda em análise às emendas de plenário, quanto à técnica legislativa utilizada, afere-se que apresentam óbice legal no que diz respeito ao artigo 18, vez que não observou todas as disposições preconizadas pela Lei Complementar nº 095/98, que rege a elaboração e redação legislativa, tendo em vista que há um equívoco,

por parte da emenda, tendo em vista que a lei que extingue a SERLOPAR é a nº 15521/07 e não 14521/07 como o constante da emenda.

### **Conclusão**

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, encontra óbice no artigo 9º, motivo pelo qual se apresenta a emenda supressiva em anexo.

Em retame, incumbe-nos dizer que, quanto a sua constitucionalidade existe perfeita consonância ao que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Outrossim, o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com as disposições legais inerentes à matéria proposta, revestindo-se de legalidade.

Diante de todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei, observando que para tanto se deve estar em conformidade com a subemenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 26.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Francisco Bühner, Reni Pereira, Jocelito Canto, Artagão Júnior e Mauro Moraes.

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 629/07**

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º, altera-se o presente projeto de lei, passando a constar o seguinte texto:

*Art. 2º Ficam extintos os cargos de provimento em comissão transferidos à Casa Civil através da Lei 15521/07.*

Sala das Comissões, em 26.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Há sobre a mesa requerimento de preferência a respeito da subemenda e emenda. Mas votamos primeiro o projeto.

**Em discussão. Em votação.** Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Agora sim, há Requerimento nº 449, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da subemenda modificativa da Comissão de Constituição e Justiça. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Queria encaminhar o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

V. Exa. vai encaminhar o requerimento que solicita a votação da subemenda modificativa da CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Perfeitamente, quero encaminhar porque V. Exas. verificarão que a subemenda é uma correção à emenda que foi apresentada pela Oposição, colocando matéria estranha, conforme preceitua a lei complementar no seu artigo 8º, a Lei Complementar nº 095, Por quê? Porque a emenda, esse projeto de lei que tem origem no Poder Executivo, é para transferir ao patrimônio do estado do Paraná o imóvel situado na avenida 7 de Setembro, onde funcionava a antiga SERLOPAR, que foi extinta por lei desta Casa.

E também foi resolvido naquele projeto de lei, toda a estrutura, inclusive os cargos em Comissão que foram transferidos para o âmbito da Casa Civil da Governadora e já tiveram destinação.

Agora, quando o Governo envia a mensagem para poder transferir o patrimônio do estado, e a Oposição já havia sido derrotada naquele momento em relação à questão da extinção dos cargos, porque eles já estão distribuídos regularmente, de acordo com o que preceitua a Constituição e as leis do nosso estado.

Por essa subemenda, que corrige o erro da emenda, eles querem extinguir através dessa emenda.

É matéria estranha. Por isso, encaminhando contrário ao pedido de preferência para a votação da subemenda, para que possamos tratar dessa matéria com a responsabilidade que essa Casa deve ter.

Encaminho a nossa Bancada pela rejeição do pedido de preferência da subemenda, apresentada no âmbito da CCJ pelo Relator que representava a Bancada da Oposição.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Para Encaminhar)**

Posso até concordar com V. Exa. quando faz menção à emenda. Mas V. Exa. deve entender que estamos votando o requerimento que dê preferência à subemenda que corrige uma incorreção na emenda.

Depois de aprovado o requerimento é que iremos analisar a emenda, porque o que a CCJ fez foi uma correção de uma lei que fala na emenda e o número da emenda está errado.

Depois se vota o mérito da emenda. Se V. Exa. não concordar com a preferência da votação, estará contra a técnica legislativa. Isso que nos ensina.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Trinta anos de Legislativo tem o Deputado Elio Rusch e o meu 2º mandato, mas leio o Regimento.

Quero votar o requerimento, porque tenho o direito regimental de votá-lo.

Quero orientar a minha Bancada a rejeitar o requerimento de pedido de preferência da subemenda.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação o requerimento.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Está **rejeitado** o requerimento.

Está em votação a emenda de plenário com parecer favorável da CCJ. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, encaminhei o fim do pedido de preferência justamente para poder enfrentar a emenda. A emenda, claro, está errada. Ela se refere a uma lei errada, mas isso não importa. O que importa é o mérito da emenda. E emenda trata de matéria estranha ao objeto do projeto e a este não está vinculada por afinidade, pertinência ou conexão. Por que não está? Porque é a transferência de um imóvel. Quando se refere à extinta SERLOPAR é para que os Srs. Parlamentares, as Sras. Parlamentares, possam saber qual é o imóvel. Não precisaria nem dizer qual é o imóvel, era só colocar o número da matrícula do registro de imóveis do referido imóvel e fazer a transferência dele.

Não tem pertinência com a matéria. O tema já foi tratado por esta Casa e quero pedir à nossa Bancada que vote contra a emenda, porque ela é única e exclusivamente para poder, de fato, tentar recriar uma discussão, um debate que, sinceramente, foi mais de um mês o debate, de enfrentamento, e que a nossa Bancada vitoriosa, vencendo na votação a Bancada da Oposição.

Por isso, peço aos meus companheiros e companheiras que mantenham a coerência, votando pela rejeição da emenda apresentada pela Bancada da Oposição, porque ela, única e exclusivamente, quer ressuscitar um tema que já está sepultado pela vontade da maioria desta Casa. Matéria estranha ao projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado Romanelli, exatamente pela coerência que a Bancada da Oposição apresentou esta emenda. Sentimos muito o fato de o Líder do Governo não ter entendido nem a CCJ, nem a nossa explicação quando pedimos preferência de votação.

O que aconteceu na Assembléia ano passado? Os Deputados votaram na extinção da SERLOPAR. Extinguuiu-se a SERLOPAR porque o Governo do Estado foi contra as loterias, contra todos os jogos. Então, não se justificava a SERLOPAR. Acabou a SERLOPAR, mas teria que acabar os cargos, também, porque o Governo do Estado, além de acabar com a SERLOPAR, como das outras entidades também, ele não acabou com nenhum cargo, pelo contrário, ele criou mais cargos ainda.

Agora, o Governador manda uma mensagem para a Assembléia e não vejo incoerência nenhuma da Bancada da Oposição apresentar essa emenda, tanto é que o Governador pede a transferência de um imóvel que está em nome da SERLOPAR que seja transferido para o Governo do Estado. Correto, porque a SERLOPAR não existe mais. Então, não justifica ter um imóvel em nome de uma entidade que não existe mais. Corretíssimo! Somos favoráveis a isso. Agora, como também entendemos, os Srs. Parlamentares haverão de entender se não é justo estar em nome da SERLOPAR um imóvel no Paraná, porque a entidade não existe mais. Assim também não devem existir mais os cargos que estavam em nome da SERLOPAR. E apresentamos da mesma forma como o Governo do Estado está pedindo, Srs. Deputados. O Governo do Estado pede a transferência do imóvel para o Governo do Estado. Corretíssimo.

Agora, o que a nossa emenda está pedindo? Que os cargos que estavam na SERLOPAR também sejam extintos, porque a SERLOPAR não existe mais. Nada mais justo do que fazer isso também. Se o próprio Governo reconhece que tem um imóvel em nome da SERLOPAR, tem que ir para o estado. E os cargos vão para onde? Para os apadrinhados, para outros órgãos? Ora, já criamos outros cargos, por que então não extinguir esses cargos? E a nossa emenda pede exatamente isso. Transfere pelo projeto o bem imóvel para o Governo do Estado, mas a nossa emenda pede que os cargos que estavam criados por lei, pela Assembléia Legislativa, que estavam na SERLOPAR, sejam extintos também. Nada mais justo e nada mais correto. Não vejo incoerência, vejo uma coerência do Parlamentar fazer essa adaptação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Deputado Elio Lino, acho louvável V. Exa. preocupar-se com a questão pública. É natural. Agora, veja: a transferência do prédio onde estava a SERLOPAR antigamente, para o estado, é a atitude mais correta do Governador.

V. Exa. está falando a respeito dos cargos. Quando foi extinta a SERLOPAR, os cargos já foram transferidos para o Executivo àquela época. No projeto



de extinção da SERLOPAR já transferiram os cargos para o Executivo. No prédio que era a SERLOPAR, acredito que lá esteja uma Delegacia da Polícia, um departamento da Segurança Pública. A extinção da SERLOPAR e a transferência de cargos, estou dizendo isso com o maior respeito por V. Exa., porque eu era Chefe da Casa Civil à época e a SERLOPAR é um órgão que é subordinado à Casa Civil. O prédio hoje está sendo ocupado por órgãos públicos e ele não está no patrimônio do estado do Paraná.

Esta mensagem visa unicamente transferir o prédio para o patrimônio do estado. Que é correto. E os cargos, transferiu àquela época, na extinção da SERLOPAR.

Portanto, valorizo esse brilhante Parlamentar do oeste do Paraná, mais especificamente Marechal Cândido Rondon, mas acho que está meio extemporânea essa discussão dos cargos, porque uma lei anterior já os transferiu ao Executivo.

Obrigado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Deputado Nelson Justus, ouvi o Deputado Caíto. Quando o professor Caíto fala, eu ouço. Mas, está com a razão o Deputado Elio Rusch.

O Deputado Elio Rusch foi pontual em observar essa questão. Ora, se foi extinto esse órgão, por que ter os cargos? E há de ser registrada aqui uma das vitórias que os Deputados da Oposição e do Bloco Independente obtiveram na Justiça quando entramos com a ADIN ganhamos - Ação de Inconstitucionalidade de uma lei, que alertamos o Governo que eles não poderiam transformar cargos em Comissão ou transferir cargos em Comissão - uma vitória na Justiça: A Justiça determinou o Governo para que não usasse aquela lei, porque ela é inconstitucional.

O que o Deputado Elio Rusch está fazendo aqui? A grande verdade, a nossa preocupação, e temos alertado, é que todos os órgãos que estão sendo extintos, estão indo para a Casa Civil, e a nossa grande preocupação é que falem lugares. Seria melhor, pelo número de cargos de órgãos que foram extintos, como o caso de vários aqui que poderia citar, todos foram para a Casa Civil. Então, a Casa Civil se transformou numa Secretaria para entender os seus companheiros políticos com os cargos dos órgãos que foram extintos. É providencial a emenda, tem o nosso apoio o Deputado Elio Rusch e espero que os Srs. Deputados que querem zelar pelo dinheiro público votem favoráveis à emenda. Vamos pelo menos dar uma sinalização à população paranaense de que estamos diminuindo um pouco as despesas, principalmente neste momento.

Deputado Nelson Justus, para concluir meu encaminhamento. Poucas vezes elogiei o Governador, mas o Governador, há uma semana, tomou uma medida contra os Diretores da SANEPAR que, numa decisão resolveram aumentar o custo das tarifas da água. Determinou que não fosse aumentado. Sabe o que estão fazendo os Diretores da SANEPAR, e alertei o Líder do Governo e espero que o Governador, com a mesma firmeza, determine que não seja

aumentado? Eles estão aumentando as multas e as tarifas de serviços. Quer dizer, o Governador proibiu o aumento por aqui; vamos atacar o bolso da população por ali.

Acho que seria um bom momento, desta Assembleia, dar uma demonstração de independência e dizer ao Governo: está aí a oportunidade para extinguir alguns cargos que, certamente, não são necessários pelo número de cargos em Comissão que tem este Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

#### O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Acho que tem assunto que tem pertinência, mas, sinceramente, essa pretensão de colocar uma emenda aqui - neste projeto, para “ressuscitar a Inês” que foi morta lá em 2007, acho que não tem nada a ver. Estamos transferindo um imóvel, a não ser que neste imóvel tivesse servidores da SERLOPAR, que não é verdade, porque na lei que aprovamos, em 2007, já foram transferidos os cargos existentes para a Casa Civil. Hoje estamos transferindo, simplesmente, um patrimônio e não tem o menor cabimento, já que para ter cabimento esta emenda, teria que ter alguma vinculação com a lei. E não tem vinculação nenhuma, como determina o inciso II do artigo 7º, da Lei Complementar nº 095/98, nem por afinidade, nem por pertinência e nem por conexão.

Então, é totalmente descabida esta emenda e creio que é só para levantar a discussão novamente.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação a emenda. Os Deputados favoráveis à emenda permaneçam como estão. **Aprovada.**

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação. Os Deputados contrários à emenda, queiram levantar-se.

Vinte e três Deputados rejeitam a emenda. Os Deputados favoráveis queiram levantar-se. Está **rejeitada** a emenda. Portanto, **prejudicada** a subemenda.

### *Redação Final*

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 741/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação da Lei nº 11027, de 29/12/94, alterada pelas Leis nºs 11096 de 16/05/95, 12125 de 22/04/88 e 13512 de 21/01/02, incluindo o município de Piên entre os da região metropolitana de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 132/07, de 17/10/07, em Projetos de Lei).**

### 3ª Discussão

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 750/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe a instituição das rotas dos caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

**Emenda aprovada. Projeto aprovado.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Comunicar & Crescer, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 863/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas, dos Srs. Deputados, mês de fevereiro de 2008. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 772/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que autoriza o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos dos atendimentos do Sistema de Saúde Estadual e profissionais por este credenciados, horário de início e fim da consulta, que deverá ser cientificado pelo paciente através de assinatura. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 140/07, de 31/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 772/07

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem como escopo autorizar o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos dos atendimentos do Sistema de Saúde Estadual e profissionais por este credenciados, horário de início e fim de consulta.

#### Fundamentação

Da análise do projeto, verifica-se tratar o mesmo de matéria de competência do estado.

Após análise do projeto, constata-se que o mesmo possui natureza autorizatória ao Poder Executivo, o que afasta do mesmo o vício de iniciativa da proposição em tela.

A Constituição Federal, em seu artigo 196 assim dispõe:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Vejamos o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal nº 8080/90, dispõe que:

*Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.*

*§ 1º O dever do estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.*

*§ 2º O dever do estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.*

No que tange à competência, a mesma lei dispõe que:

*Art. 15. A união, os estados, o distrito federal e os municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:*

*I - definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde;*

*(...)*

*VI - elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador;*

Ainda quanto à competência, importante destacar o que dispõe o artigo 2º da Lei Estadual nº 13331/01 - Código da Saúde;

*Art. 2º É dever do estado, através da Política Estadual de Saúde, e dentro de sua competência, prover as condições indispensáveis ao exercício do direito de saúde, garantido a todo cidadão.*

*Parágrafo Único. O dever do estado de prover as condições e as garantias para o exercício do direito à saúde não exclui o dos municípios, das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.*

Diante do que se expõe, resta clara a competência do estado para legislar sobre a matéria. Da mesma forma, resta afastada o vício de iniciativa do Poder Legislativo, uma vez que a natureza do projeto em tela é puramente autorizativa, não violando, portanto, o princípio da independência entre os Poderes.

Dentro do contexto onde se destaca o dever do estado em garantir o atendimento igualitário à saúde, para todos os usuários do sistema, é que se sobressai a concomitante responsabilidade do estado pelos atos dos profissionais que prestam o atendimento.

A mérito proposto pelo projeto em análise, chama a atenção da emergente necessidade em manter o controle e fiscalização dos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde Estadual, no afã de contribuir a qualidade dos atendimentos e, conseqüentemente, dos riscos e/ou prejuízo à saúde e a vida dos pacientes.

Nesse diapasão, reconhecida a legalidade e constitucionalidade do projeto em pauta, bem como o elevado interesse público que envolve o mérito, a proposição deve seguir o seu trâmite regimental, para discussão do mérito pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

No que tange à técnica legislativa, o projeto carece de adaptações, necessárias ao cumprimento dos requisitos da Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, verificada a legalidade e constitucionalidade da proposição em análise, o projeto deve seguir o seu trâmite regimental.

Entretanto, no que tange à técnica legislativa, torna-se necessária algumas adaptações à Lei Complementar nº 095/98. Da mesma forma, entendemos que para alcançar o fim almejado, o projeto em pauta merece adequações quanto à forma de execução apresentada pelo autor.

Por fim, sob o aspecto da legalidade e constitucionalidade, o parecer é pela tramitação regimental. Entretanto, diante do não cumprimento das exigências da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, o parecer desta Comissão é favorável à tramitação do projeto, condicionado a emenda ora apresentada.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 772/07**

Acrescente-se os seguintes artigos ao Projeto de Lei nº 772/07, renomeado os demais:

“Art... Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre o controle da duração do atendimento médico no Sistema de Saúde Estadual e profissionais por este credenciados, nos termos desta lei.

Art... A receita médica ou formulários de atendimento médico, com espaços para os nomes dos pacientes, sua assinatura, tempo de duração do atendimento, serão fornecidos nos locais de atendimento à saúde, que exercerão o controle das consultas realizadas.”

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 772/07**

#### **P A R E C E R :**

##### **Texto**

Em análise a matéria apresentada pelo nobre Deputado Jocelito Canto, com o objetivo de acompanhar o atendimento de cada paciente, com a inserção no receituário médico do horário de início e fim da consulta; temos a mencionar que o referido projeto encontra-se reconhecido da legalidade e constitucionalidade, conforme conclusão e parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Entretanto sugerimos que o projeto em questão seja adequado por emenda, quanto à técnica legislativa dada pela Lei Complementar nº 095/98, pois a ordem dos artigos não segue a seqüência normal nem tampouco a legal.

##### **Conclusão**

Entendendo ser a referida matéria extremamente polêmica, penso que deva ser amplamente discutida e analisada pelos nobres Pares, verificando suas futuras conseqüências perante a população e a classe médica.

Por fim e sendo atribuição legal do legislador, atendido os preceitos constitucionais e legais somos favoráveis ao trâmite regimental do presente projeto de lei, contemplando a análise do mérito e sua conveniência pelas demais comissões nesta douta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.12.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
STEPHANES JÚNIOR - Relator

#### **Em discussão. Em votação.**

##### **O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esse projeto do Deputado Jocelito Canto tem uma forma de encaminhar algumas questões médicas. Mas, na verdade, traz um contra-senso.

Traz um contra-senso quando você põe um médico frente a um paciente para dizer o horário, estabelecer horário na receita da hora em que o paciente entra e da hora que sai.

Deputado Jocelito, na verdade, vamos privilegiar os maus profissionais com este projeto, porque os bons profissionais, tenho certeza, Sr. Presidente que aceitou, naquele momento, que pudéssemos adiar o projeto, que foi um pedido também do Deputado Romanelli, o CRM do Paraná, a Associação Médica Paranaense, o Sindicato dos Médicos, analisaram e nos repassaram.

Temos conversado com todos os Profissionais, aqui, da área da saúde: Dr. Cheida, Dr. Accorsi, Dr. Batista, enfim, com todos que fazem parte da Assembleia, inclusive com o Deputado Stephanes, o Ney Leprevost que é Presidente da Comissão de Saúde - concluímos que ele atinge o profissional, porque às vezes a pessoa vai fazer uma consulta ou simplesmente pegar uma receita dentro de um consultório médico, mas às vezes, pode ser uma armadilha também para o médico.

Acho que o profissional médico tem o direito, assim como todos os outros profissionais que possam trabalhar com conhecimento. Todos nós que fomos Prefeitos e aqueles que vão ser, cabe às Secretarias Municipais que se organizem, porque hoje, praticamente, o serviço médico está ligado às Secretarias Municipais. Se não, também, à estadual.

Quero ler uma posição do Conselho Regional de Medicina aqui do Paraná. Não queremos confronto, a classe médica não quer confronto, ela precisa de um diálogo entre pacientes e o médico - isso em todas as áreas. Então, no nosso entender, esse projeto só valoriza o mal profissional.

Gostaria de ler um parecer do Conselho Regional de Medicina do Paraná:

(Lê):

“Prezado Deputado Dr. Felipe Lucas.

*O substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 772/02 trata de facultar aos profissionais que atuam no sistema estadual de saúde a anotação do horário do início e do fim da consulta no instrumento de receita médica, e como determina que, sempre que realizado este procedimento, a Secretaria de Estado de Saúde perfaça o acompanhamento do caso.*

*Não existe lei que especifique estar o médico sujeito a disponibilizar um tempo pré-determinado ao atendimento dos doentes sob sua responsabilidade, ou seja, submeter-se à cronometragem de suas consultas médicas.*

*Por ser o paciente o alvo de toda a atenção do médico e a este caber submetê-lo a anamnese e exame físico completo, o tempo de consulta sofrerá variações inerentes às queixas e aos sinais físicos apresentados pelo doente.*

*Instituições junto às quais o médico presta serviço não podem subordinar o trabalho destes profissionais à quantidade ou tempo de atendimentos em detrimento de qualidade, o que, se ocorrer, certamente acarretarão comprometimento dos resultados almejados pelos doentes e pelos seus médicos.*

*O Código de Ética Médica, em seu artigo 8º, bem caracteriza esta situação ao determinar: O médico não pode, em qualquer circunstância ou sob qualquer pretexto, renunciar à sua liberdade profissional, devendo evitar que quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção do seu trabalho.*

*O Código supracitado explicita igualmente que: É direito de todo médico dedicar ao paciente, quando trabalhar com relação de emprego, o tempo que sua experiência e capacidade profissional recomendarem para o desempenho de sua atividade, evitando que o acúmulo de encargos ou de consultas prejudique o paciente.*

*Afinal, dependendo da doença que apresente o paciente, o médico poderá resolvê-la ou diagnosticá-la em poucos minutos, como também precisar de muito mais do que 10, 20 ou 60 minutos, para desempenhar com zelo e diligência seu mister.*

*O Código de Ética Médica, em seu artigo 27, dispõe que: É direito do médico dedicar ao paciente, quando trabalhar com relação de emprego, o tempo de sua experiência e capacidade profissional recomendarem.*

*Em sendo assim, não existe a obrigatoriedade por parte dos médicos em efetuar essa anotação, tendo em vista a autonomia e independência que lhe é derogado pelo Código de Ética Médica.*

*Feitas essas considerações, se conclui que o médico não estaria obrigado a atender em tempo preestabelecido, certa quantidade de pacientes e, portanto, o Conselho Regional de Medicina considera desnecessária a promulgação de lei sobre o assunto.*

*Atenciosamente,*

(a) DR. GERSON ZAFALON MARTINS

*Presidente do CRM-PR*

Então, o Código de Ética propõe que esse seu projeto não seja aceito da forma como está sendo colocado.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Felipe Lucas, só queria pedir a V. Exa. que hoje não é mérito. Estamos julgando a constitucionalidade. Não tem que discutir o mérito. Depois V. Exa. pode fazer uma emenda, pode usar o que pediu à Associação Médica. Temos que votar neste momento a legalidade. O projeto é legal. Peço aos companheiros que aprovem o mérito, que é só mérito.

A Deputada Cida me dizia também que pretende fazer uma emenda. Primeiro, vamos valorizar um projeto de um membro desta Casa, que é trazer um projeto que é legal. A Constituição nos permite e a nossa Comissão diz que é legal. A Comissão diz que é legal, a Comissão de Saúde diz que é discutível, mas é legal.

Amanhã o Deputado Felipe junta os demais médicos que têm interesse e faz uma emenda e depois vamos ver o que é melhor para todos nós e para o Paraná. Em respeito a esta Casa, temos que conhecer um pouco mais o que determina a lei. Hoje temos que discutir a legalidade. Se for constitucional, vamos votar hoje a constitucionalidade, respeitando as comissões e amanhã votaremos o mérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, demais Deputados, senhoras e senhores.

Nós aqui, na 1ª discussão, é claro que formalmente é a questão da constitucionalidade que é tratada. Mas tratamos do mérito, normalmente, no plenário. A CCJ já disse que é legal, tanto que vamos votar no plenário. Hoje temos o mérito junto com a questão legal para ser tratada.

Apesar da proposta ser boa e muito bem intencionada, o ex-Prefeito, Deputado Jocelito, que é meu amigo pessoal, está procurando fazer com que a população tenha um melhor atendimento por parte dos médicos, na consulta. Creio que a hora em que propusermos um horário para ele preencher, isso vai cercear o médico e não vai dizer se a consulta foi boa ou foi ruim, ao contrário, simplesmente vai colocar uma faca no pescoço.

E isso vai fazer com que o profissional fique à mercê de um julgamento:

“Atendi cinco minutos”. “Então vou chamar o médico.” “Não, atendi o outro meia-hora”. “Não, você demorou demais.”

Acho que o resultado não é o tempo da consulta, mas vamos criar um problema em termos de colocar o médico sob uma espécie de fiscalização indevida.

Então, por isso vou votar contra, apesar da intenção do Deputado Jocelito Canto ser muito boa e o projeto muito bem intencionado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, fico prejudicado nessa discussão. O nobre Deputado Stephanes Júnior foi autor e Relator favorável.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Desculpe-me, Deputado Jocelito, V. Exa. já encaminhou, eu não posso...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só estou colocando uma questão de ordem. Fui muito educado com V. Exa. e espero que o senhor seja comigo também...

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Nem imagino qualquer coisa em contrário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

No sentido de que eu encaminhei apenas a constitucionalidade. O Deputado Stephanes Júnior já falou o que é o mérito. Isso prejudica a votação aqui e agora, somente para destacar isso. O Deputado Stephanes usou de...

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Deputado Jocelito, os Deputados aqui presentes sabem perfeitamente o que vão votar.

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Vai se proceder a verificação de votação. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. **Aprovado.**

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 866/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 170/07, de 18/12/07, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 866/07

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba.

### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão da sigla ACISF, por também constituir denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, consoante previsão do respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA PROJETO DE LEI Nº 866/107

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade - ACISF, com sede e foro no município de Curitiba.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/08, que dispõe que as quantidades de vagas por função e por classe, na carreira de perícia oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, previstas nos anexos I e II da Lei nº 14678, de 06/04/05, ficam alteradas na forma que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 001/08

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo aumentar em 85 (oitenta e cinco) as vagas de Perito Criminal (POPC) e em 15 (quinze) as vagas de Médico Legista - POML, modificando assim o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO.

**Legitimidade**

A Constituição Estadual dedica o Capítulo IV de seu Título II especialmente para tratar da Segurança Pública, onde menciona expressamente a carreira dos peritos criminais e médicos-legais, elucionando que os mesmos compõem a chamada polícia científica. Senão vejamos:

*Art. 50. A Polícia Científica, com estrutura própria, incumbida das perícias de criminalística e médicos-legais e de outras atividades técnicas congêneres, será dirigida por perito oficial de classe mais elevada, na forma da lei. (grifo nosso)*

Nesse sentido, claro também é o texto constitucional quando da distribuição de competências entre os poderes do estado, incumbindo ao Poder Executivo a iniciativa legislativa quando se tratar de matéria ligada aos servidores público que estão subordinados a este poder, a saber:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;*

*II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva; (grifo nosso)*

Ora, o projeto de lei em comento objetiva modificar o quadro de pessoal do Instituto de Criminalística, órgão vinculado a Secretaria de Estado da Segurança Pública, que por sua vez faz parte da estrutura do Poder Executivo. Destarte, ante a subordinação do referido órgão ao Poder Executivo, infere-se a legitimidade da presente proposta legislativa, porquanto foi este Poder,

que detém a competência exclusiva para deflagrar o processo legislativo, quem propôs o projeto de lei.

No que concerne ao impacto econômico e financeiro, a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) requer a demonstração do dispêndio necessário para a consecução de medida que acarretem aumento de despesa, *in verbis*:

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

*§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se.*

*I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;*

*II - compatível com o Plano Plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições. (grifo nosso)*

(...)

*Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

*§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.*

*§ 2º Para efeito do atendimento do parágrafo 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.*

O projeto de lei faz remissão, em sua justificativa, ao custo mensal estimado que irá gerar a presente proposta, qual seja de R\$ 430.163,80 (quatrocentos e trinta mil, cento e sessenta e três reais e oitenta centavos), sendo que o estudo do impacto econômico financeiro exigido pelo texto legal será apresentado na Comissão

de Finanças desta colenda Casa de Leis e, desta forma, o projeto em análise não apresenta óbice à lei supracitada.

#### **Conclusão**

Com relação à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra óbice quanto à Lei Complementar 095/98.

Igualmente, quanto a sua legalidade e constitucionalidade, incumbe-nos dizer que existe perfeita consonância no que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Desta forma, somos pela aprovação do presente projeto de lei, condicionando a apresentação do impacto econômico-financeiro na Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Casa das Comissões, em 27.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 001/08**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 001/08, em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a quantidade de vagas, por função e por classe, na carreira de Perícia Oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, previstas nos anexos I e II da Lei nº 14678, de 06/04/05, conforme especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis emitiu parecer favorável à Proposição.

Apenso ao projeto consta estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro, elaborado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência, em respeito à Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esta Comissão, dentro das suas prerrogativas, conclui que a iniciativa altera o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná, aumentando em 85 (oitenta e cinco) as vagas de Perito Criminal e em 15 (quinze) as vagas de médico legista, medida necessária para suprir a falta de Servidores do Instituto de Criminalística do estado.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/08, de 19/02/08, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 030/08**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, declara de utilidade pública a Associação Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul.

##### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a denominação correta da Associação que se pretende declarar de utilidade pública é Associação Flor Arte e Vida, a qual também é designada pela sigla Florart Vida, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

##### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 04.03.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA - PROJETO DE LEI Nº 030/08**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Flor Arte e Vida - Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul.

Sala das Comissões, em 04.03.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **Requerimentos**

##### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 389, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

##### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Embora ele não tenha o caráter de um pedido de informação, eu o considero como tal, embora o que ele deseja é uma solicitação que o Deputado expressa de obter os relatórios de vistorias do Plano de Despoluição Ambiental dos municípios de Londrina, Curitiba, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Parece interessante. Encaminhamos pela aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Aprovado o requerimento.**

Requerimento nº 437, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 416, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 436 e 448, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 443 e 444, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 445, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 454 e 455, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 456, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 457, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Pela Ordem)

Quero aproveitar o final da Sessão para fazer um convite a V. Exa., aos componentes da Mesa, a todos os Deputados Estaduais, a todos que acompanham neste momento, que amanhã a partir das 10h, acontecerá neste plenário uma Sessão Solene em comemoração aos 200 anos da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil. Terá debate com historiadores, vão ser proferidas palestras e teremos a presença de Dom Luiz e Dom Bertrand de Orleans e Bragança, que se farão presentes nesta Casa.

Então, com muito prazer quero convidar a todos que acompanham para estarem presentes a partir das 10h, no dia de amanhã, aqui neste plenário da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A presidência ratifica o convite aos Srs. Deputados para a Sessão Solene Comemorativa do Bicentenário da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, por proposição do Deputado Fernando Ribas Carli, amanhã às 10h.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para quinta-feira, dia 13 às 10h, para as comemorações do Bicentenário da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/07.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 629/07 e do Projeto de Resolução nº 005/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 772 e 866/07; 001 e 030/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 014, 025 e 037/08.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Edson Strapasson, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 490/07, de autoria do Deputado Artagnão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Deputado Mauro Moraes apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 025/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 025/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Altera dispositivos da Lei nº 14968/05 - Imóvel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 631/07, de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 633/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício à emenda de Plenário - APROVADO; 05)



Proposição-Veto nº 058/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 101/07 de autoria dos Deputados Nelson Justus e Plauto Miró, que altera dispositivos da Lei nº 15352/06 - ICMS. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 096/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 242/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 100/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 321/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 127/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 376/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 129/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 461/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 10) Proposição-Veto nº 130/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 170/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 11) Proposição-Veto nº 131/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 542/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 12) Proposição-Veto nº 132/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 660/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 13) Proposição-Veto nº 133/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 580/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 14) Proposição-Veto nº 134/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 223/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 15) Proposição-Veto nº 135/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 471/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 16) Proposição-Veto nº 136/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 221/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 17) Proposição-Veto nº 137/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 420/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento a

Plenário - APROVADO; 18) Proposição-Veto nº 138/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 503/07 de autoria do Deputado Dr. Batista, que altera dispositivos da Lei nº 12327/98. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 19) Proposição-Veto nº 139/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 389/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior ao encaminhamento a Plenário, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 20) Proposição-Veto nº 140/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 377/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior ao encaminhamento a Plenário, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 21) Proposição-Veto nº 141/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 228/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 22) Proposição-Veto nº 142/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 598/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 23) Proposição-Veto nº 143/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 198/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 24) Proposição-Veto nº 144/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 678/07 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento a Plenário, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 25) Proposição-Veto nº 145/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 626/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento a Plenário, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 26) Proposição-Veto nº 067/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 231/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli que revoga a Lei nº 15456/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento a Plenário, lido pelo Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 002/08, de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 15329/06 - Ensino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 004/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 011/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão, lido pelo Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 018/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO

pelo Presidente; 31) Projeto de Lei nº 021/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. O Sr. Deputado Caíto Quintana, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania - DEFERIDO pelo Presidente; 32) Proposição-Veto Parcial nº 001/08, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 708/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 33) Proposição-Veto Parcial nº 002/08, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 667/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 34) Proposição-Veto nº 003/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 608/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento a Plenário, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 35) Proposição-Veto Parcial nº 005/08, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 698/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 36) Proposição-Veto Parcial nº 006/08, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 699/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira. - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº

048/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 048/08, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli - Altera dispositivos da Lei nº 11580/96 - Nomenclatura Comum do MERCOSUL - ICMS. Os Srs. Deputados, Caíto Quintana, Nereu Moura e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 38) Projeto de Lei nº 617/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 863/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 866/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 014/08, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 030/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 037/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

